

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

MARIA INÊS UTZIG ZULKE

**A REFORMA DO ESTADO E OS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO:
UM ESTUDO SOBRE O TRABALHO DO SERVIDOR PÚBLICO EM
INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

Porto Alegre

2007

MARIA INÊS UTZIG ZULKE

**A REFORMA DO ESTADO E OS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO:
UM ESTUDO SOBRE O TRABALHO DO SERVIDOR PÚBLICO EM
INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social e Institucional. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional. Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Henrique Caetano Nardi

Porto Alegre

2007

DEDICATÓRIA

Dedico à memória de meu irmão.

AGRADECIMENTO

Às minhas filhas Júlia e Amanda, parceiras amadas, pela paciência em suportar a minha impaciência e à minha falta de tempo por ter todo pouco tempo livre dedicado à minha dissertação

Ao Ronaldo, companheiro de todas as horas, pelos sonhos construídos e partilhados

Aos meus pais pelo exemplo e pelo apoio incansável

Ao Henrique pelos novos horizontes teóricos

Aos entrevistados e as instituições pela possibilidade da pesquisa

E à Maria, minha neta linda, por ter trazido tanta vida à minha vida

“Quanto ao motivo que me impulsionou foi muito simples. Para alguns, espero, poderá ser suficiente por ele mesmo. É a curiosidade - em todo o caso, a única espécie de curiosidade que vale a pena ser praticada com um pouco de obstinação: não aquela que procura assimilar o que convém conhecer, mas a que permite separar-se de si mesmo. De que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece? Existem momentos na vida onde a questão é saber se pode pensar diferente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir. Talvez me digam que estes jogos consigo mesmo têm que permanecer nos bastidores, e que no máximo eles fazem parte desses trabalhos de preparação que desaparecem por si sós a partir do momento em que produzem seus efeitos. Mas o que é filosofar hoje em dia – quero dizer, a atividade filosófica – senão o trabalho crítico do pensamento sobre o próprio pensamento? Se não consistir em tentar saber de que maneira e até onde seria possível pensar diferentemente em vez de legitimar o que já se sabe?

(M. FOUCAULT, 1994, p. 13)

RESUMO

Esta dissertação analisa os efeitos das transformações contemporâneas nos processos de subjetivação dos trabalhadores do serviço público estatal em um contexto de Reforma do Estado. Trata-se de um estudo que recorta algumas proposições do Plano de Reforma do Estado que têm sustentado o discurso governamental sobre a ineficiência do serviço público justificando a introdução no seu interior de modos de operar característicos da lógica privada e empresarial. A pesquisa foi realizada com professores e funcionários de duas instituições de educação profissional da região do Vale do Rio dos Sinos.

Com base nas contribuições teóricas de Michel Foucault, a análise toma a Reforma do Estado como um dispositivo que atualiza as estratégias de afirmação de uma governamentalidade constituída a partir das novas configurações do capitalismo. A pesquisa demonstra que a Reforma do Estado engendrou um conjunto de procedimentos e de saberes considerados úteis para a conformação de sujeitos e de instituições adequados às necessidades contemporâneas do capital, no nosso caso orientado aos trabalhadores das escolas e aos futuros trabalhadores que estão sendo formados por estas instituições de educação profissional. Finalmente, o estudo enfatiza a heterogeneidade do Estado e a multiplicidade discursiva que possibilitam vislumbrar as resistências que coexistem no interior dos jogos de poder e verdade que caracterizam o campo de pesquisa.

PALAVRAS-CHAVES: Reforma do Estado, Governamentalidade, Processos de Subjetivação, Serviço Público-Estatal e Educação Profissional

ABSTRACT

This paper analyses the effects of contemporary transformations on the processes of subjectivation of state public service workers in a context of State Reform. It is about a study that cuts some of the propositions from the State Reform Plan which have been sustaining government speeches about the inefficiency of public services justifying the introduction of *modus operandi* characteristic of the private and business logics in its interior. The research was made with teachers and employees of two institutions of professional education in the Sinos Rives Valley area.

Based on the theoretical contributions of Michel Foucault, the analysis takes the State Reform as a device updating the affirming strategies of a governmentality constituted from the new configurations of capitalism. The research shows that the State Reform generated a series of procedures and knowledge considered useful in conforming subjects and institutions adequate to the contemporary needs of capital, in our case oriented towards school workers and the future workers being formed by these professional education institutions. Finally the study emphasizes State heterogeneity and discursive multiplicity which make possible to see the resistances that coexist in the power and truth games characteristic of this research field.

Keywords: State Reform, Governmentality, Subjectivation Processes, State Public Service, Professional Education

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 9 |
| 1.1 O EMPREGADO PÚBLICO E O SERVIDOR PÚBLICO | 17 |
| 1.2 CARACTERIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES ESTUDADAS | 18 |
| | |
| 2 O ESTADO E A SUBJETIVIDADE NO CONTEXTO DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO..... | 22 |
| 2.1 A FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO | 23 |
| 2.2 O PADRÃO EFICIÊNCIA/INEFIÊNCIA COMO UMA PRODUÇÃO POLÍTICA E SOCIAL | 25 |
| 2.3 AS CONFIGURAÇÕES HISTÓRICAS DOS CONCEITOS DE PÚBLICO E PRIVADO | 28 |
| 2.4 O DESBLOQUEIO DA ARTE DE GOVERNAR E O NASCIMENTO DA BIOPOLÍTICA..... | 30 |
| 2.5 A GOVERNAMENTALIDADE: O GOVERNO DO ESTADO E DAS MENTALIDADES | 31 |
| 2.6 A RACIONALIDADE GOVERNAMENTAL CONTEMPORÂNEA E A PRODUÇÃO DOS NOVOS SUJEITOS | 34 |
| | |
| 3 BREVE CARACTERIZAÇÃO DO MODELO INSTITUCIONAL DO ESTADO BRASILEIRO NO PERÍODO DE 1970-90 | 38 |
| 3.1 A REFORMA DO ESTADO NO BRASIL | 39 |
| 3.2 O SERVIDOR PÚBLICO E A “REPRESENTAÇÃO MATRIZ” | 43 |
| 3.3 OS NOVOS MODELOS DE GESTÃO | 46 |
| 3.4 A ESCOLA COMO UMA TECNOLOGIA DE GOVERNO | 48 |
| 3.5 BREVES ASPECTOS HISTÓRICOS DO ENSINO TÉCNICO | 49 |
| 3.6 A REFORMA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL | 52 |
| | |
| 4 O PERCURSO DA PESQUISADORA E DA PESQUISA | 54 |
| 4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 55 |
| 4.2 AS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO | 60 |
| 4.3 REFORMA ADMINISTRATIVA FULMINANTE NO ESTADO | 64 |

| | |
|---|-----------|
| 5 OS SUJEITOS DA REFORMA E A REFORMA DOS SUJEITOS..... | 71 |
| 5.1 A EFICIÊNCIA E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO: A PRESENÇA SIMBÓLICA DO PRIVADO NA ESCOLA PÚBLICA PROFISSIONAL..... | 74 |
| 5.2 O REGIME DE VERDADES DA REFORMA E A ESTABILIDADE NO TRABALHO | 77. |
| 5.3 UMA NOVA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA NOVOS SUJEITOS EMPREENDEDORES..... | 81 |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 86 |
| BIBLIOGRAFIA | 90 |

1 INTRODUÇÃO

O exercício da atividade profissional em uma instituição de caráter público-estatal tem suscitado para mim um conjunto de questões relativas à dimensão da subjetividade em sua relação com o trabalho. Convivo, cotidianamente, com um discurso social onde se exalta a eficiência e a qualidade do trabalho no setor privado em contraposição à ineficiência, à morosidade e ao desperdício atribuídos ao trabalho no setor público-estatal. A intensificação deste discurso é acompanhada pari passu, pela diminuição progressiva dos recursos orçamentários, do número de servidores, do salário, enfim, a redução da própria expectativa de futuro.

Interrogo-me sobre os impactos deste novo contexto na produção de subjetividade, pois há uma discursividade hostil dirigida ao servidor público. Na mídia cotidiana encontramos uma associação de causabilidade entre dificuldades financeiras do Estado e funcionários desfrutando de “regalias” injustificáveis no contexto do capitalismo contemporâneo. Em um tempo de ausência e/ou provisoriedade de trabalho não se justificaria o direito a estabilidade no emprego dos servidores públicos. Trabalhadores que reiteradamente são apresentados como aqueles que não trabalham ou, quando trabalham, o fazem de modo ineficiente e negligente.

A minha trajetória profissional tem o seu percurso justamente nas décadas em que tem início o programa de Reforma do Estado no Brasil e no Rio Grande do Sul, visando a sua modernização e inserção, com eficiência, no mundo globalizado. A problemática da Reforma, incluindo os seus desdobramentos na educação profissional, constitui o cenário social e institucional onde se dá a minha intervenção profissional, emergindo como meu objeto de pesquisa. Não buscarei discutir a questão da Reforma do Estado no sentido estrito, mas sim, de buscar compreender como as transformações macrossociais afetam a vida e o trabalho dos sujeitos trabalhadores. Meu objetivo é investigar as relações entre a subjetividade e um trabalho que tem sido permanentemente colocado em questão pela sociedade, procurando conhecer os efeitos das transformações nas formas de reconhecimento social, expresso através dos baixos salários e da utilização corrente de estereótipos negativos que desqualificam o trabalho dos servidores.

Procuro, ainda, examinar as condições de possibilidade do surgimento e permanência de determinados enunciados ¹ sobre a esfera pública-estatal.

Para a realização desta pesquisa, nos deparamos com algumas dificuldades teóricas, que reforçam a importância desta investigação. Em primeiro lugar, acreditamos que a singularidade do público em relação ao privado exige categorias conceituais diferentes daquelas comumente utilizadas para a análise das organizações privadas, entretanto, existem poucos estudos sobre o tema, o que se por um lado legitima o presente trabalho, por outro incrementa as dificuldades de realizá-lo. Esta situação pode ser confirmada na citação de França (1993:11-12): “A ausência de estudos sistemáticos que busquem aprofundamento teórico e metodológico no campo das Ciências Sociais é, provavelmente, a maior responsável pela permanência de mitos e lugares-comuns sobre o funcionário do Estado. A imagem popular ganha ares de verdade científica: rotina, ineficiência, desinteresse, complicação de procedimentos, burocracia, classe média, parasitas, conformistas. Assim como as coisas públicas, eles “não funcionam” e recebem até demais pela estabilidade e o pouco que trabalham. Ainda que esses estereótipos possam corresponder em graus e formas variadas ao funcionamento dos aparelhos do Estado e seus empregados – os burocratas -, o que vale aqui ressaltar que eles têm dificultado em muito a possibilidade de uma aproximação não preconceituosa desta categoria”.

A segunda dificuldade reside justamente na tradição fragmentada do estudo das categorias subjetividade e trabalho, pois a compreensão da relação entre estas categorias implica em conhecer os modos de vida e os sentidos atribuídos às experiências de trabalho dos sujeitos. Para Nardi (2002:20) “... pensar a subjetividade nas suas conexões com o trabalho implica compreender os processos através dos quais as experiências do trabalho conformam modos de agir, pensar e sentir, amarrados em dados momentos – mais ou menos duráveis – que evocam a conexão entre diferentes elementos, valores, necessidades e projetos”.

Assim, mesmo se o trabalho tem sido tratado como uma categoria central da Sociologia, este foi somente recentemente incorporado a partir de sua especificidade como um elemento constitutivo da subjetividade, categoria central

¹ Os enunciados, conforme Foucault (1997), são práticas constituintes do objeto do qual eles falam. Por isso, a análise dos enunciados deve determinar as condições de sua existência.

para a Psicologia. Por isso, a compreensão da relação subjetividade e trabalho exige um esforço teórico que busque um diálogo interdisciplinar. Nas últimas décadas, a relação subjetividade e trabalho, vem sendo estudada a partir de novas perspectivas teóricas que buscam superar uma visão dicotômica acerca do indivíduo e sociedade, mundo interno e mundo externo. A definição de subjetividade remete a um espaço de intersecção, de cruzamento de olhares e saberes, uma vez que não é reduzida a um fenômeno psíquico individual e tampouco como sinônimo de interioridade. Conforme Naffah Neto² apud Grisci (2004, p.169):

[...] o mundo não é tão somente exterior, nem tão somente interior, está sempre fora e dentro ao mesmo tempo, ou melhor, dizendo, constitui-se numa imbricação de um exterior e de um interior, fluindo e refluindo por momentos de projeção e introjeção. [...] Ao fora aprendemos a chamar de mundo; ao dentro de subjetividade.

Por último, a compreensão das transformações que ocorrem no âmbito do Estado em uma dimensão ainda pouco estudada, que é a subjetividade, exige igualmente uma escolha teórica e epistemológica que reafirma uma postura de diálogo entre diferentes campos disciplinares. Nesta pesquisa a problemática reformista é entendida como um sintoma de rearticulação de saberes e técnicas na produção de uma forma política centralizadora da gestão da vida e do trabalho dos indivíduos. Assim, alguns recortes conceituais importantes oriundos de distintas tradições teóricas serão deslocados de sua forma conceitual de origem, especialmente no campo das ciências sociais.

Adotamos a perspectiva foucaultiana como referencial teórico-metodológico, da qual retiramos os conceitos centrais que irão operar analiticamente para dar conta da pesquisa: o poder, o Estado, a governamentalidade e a subjetividade. Iremos dialogar, também, com outros autores do campo das ciências sociais para discutir os efeitos do novo capitalismo na produção da subjetividade contemporânea e, também, para entender a constituição do Estado Brasileiro. Contudo, a referência a tais autores não significa a adoção de suas perspectivas teóricas.

O problema de investigação é apresentado na seguinte formulação: Como se configuram os processos de subjetivação na sua relação com o trabalho no

² NAFFAH NETO, Alfredo. *Outr'em- mim: ensaios, crônicas, entrevistas*. São Paulo: Plexus, 1998.

serviço público-estatal a partir da implantação da Reforma do Estado, na década de 90, no contexto de duas escolas de educação profissional?

A crise econômica da década de 80 trouxe para o cenário mundial um conjunto de medidas a serem implementadas nos diferentes países do mundo globalizado. Dentre elas, destaca-se a Reforma do Estado como um dos temas de maior importância na agenda contemporânea.

No Brasil, a Reforma do Estado foi desencadeada a partir de 1995, produzindo uma transformação na estrutura do aparelho estatal. As reformas promovidas no governo Fernando Henrique Cardoso inserem o Brasil na nova ordem mundial, propiciando a expansão do livre mercado e de sua lógica, e introduzindo, assim, a racionalidade mercantil na esfera pública. Na transição do fordismo para o modelo de acumulação flexível, o Estado de bem-estar social, que não chegou a ser constituído na sua expressão clássica nos países de capitalismo periférico, dá lugar a um Estado gestor, que carrega em si a racionalidade empresarial e torna as teorias organizacionais, antes restritas aos muros das empresas privadas, agora referências para a estrutura estatal.

O ex-ministro Bresser Pereira (1997), titular do órgão responsável pela elaboração e implantação da Reforma, defende as qualidades do setor privado propondo que a eficiência, agilidade dos serviços do Estado deveriam ser semelhantes às do setor privado. O discurso que sustenta a Reforma reforça o movimento nos meios de comunicação que, em geral, têm desqualificado os serviços públicos ou de responsabilidade coletiva em oposição ao privado e individual.

Fischer (2005), no seu artigo “O visível e o enunciável no dispositivo pedagógico da mídia: contribuição do pensamento de Foucault nos estudos de comunicação”, afirma que a mídia cria um espaço de reduplicação dos discursos de uma época, sempre a seu modo, na sua forma de tratar aquilo que “deve” ser visto ou ouvido. Isso quer dizer, então, que ela também estaria simultaneamente replicando algo e produzindo seu próprio discurso, no caso do presente estudo, sobre a ineficiência do serviço público-estatal.

No modelo da Reforma a função do governo passa a ser justamente a de propiciar as condições políticas e sociais para que o funcionamento do mercado seja o melhor possível. No interior dessa racionalidade, o governo direciona suas ações para esse novo objetivo, instituindo novas práticas discursivas capazes de

garantir as condições de funcionamento do mercado como uma necessidade primordial para as mudanças na máquina estatal. As práticas discursivas são entendidas a partir da seguinte formulação apresentada por Foucault :

As práticas discursivas não são pura e simplesmente modos de fabricação de discursos. Ganham corpo em conjuntos técnicos, em instituições, em esquemas de comportamento, em tipos de transmissão e difusão, em formas pedagógicas, que ao mesmo tempo as impõem e as mantêm (FOUCAULT, 1997, p.12).

Nesta direção, no Rio Grande do Sul na década de 90, tem início a estruturação do Plano Gaúcho de Qualidade e Produtividade (PGQP) como um desdobramento do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP), lançado pelo governo federal. Cabe ressaltar que o Governo Brasileiro firmou um termo de cooperação com o Governo Japonês para a elaboração e implantação do PBQP, através da importação dos métodos e técnicas do Modelo da Qualidade Total ao estilo japonês. O Governo do Estado, na época exercido por Alceu Collares, passa a constituir equipes em todas as instituições públicas-estatais para implantação do programa. Ao mesmo tempo, dá-se início ao processo de terceirização em diversos serviços anteriormente realizados por servidores públicos, entre outras medidas.

O governo de Antonio Britto, cujo período coincide com o de Fernando Henrique Cardoso, implementa no Estado do Rio Grande do Sul, o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Tem início o processo das privatizações da telefonia, da energia elétrica e da Caixa Estadual. Os demais setores previstos (Corsan, Banrisul etc,) não foram incluídos no processo por conta da eleição, cujo candidato vencedor era contrário às privatizações. Impõem-se contratos de gestão nos quais as instituições devem assumir compromissos para reduzir gastos, diminuir as funções gratificadas e as horas extraordinárias. Há, também, o impedimento para a contratação de pessoal e a redução da cota de estagiários, entre outras cláusulas impostas. Foi elaborado também, no período Britto, um Programa de Demissão Voluntária (PDV) - para estimular a redução de pessoal e de custos, uma vez que as demissões não podem ocorrer como na esfera privada.

Esta breve apresentação do cenário sob o qual a pesquisa foi realizada limita-se a tornar familiar o campo sobre o qual iremos trabalhar e contextualizar a operacionalização da investigação, pois tal como já foi exposto, esta dissertação é um estudo sobre os efeitos da reforma do Estado nos processos de subjetivação

dos trabalhadores do serviço público estatal de duas instituições de educação profissional. Algumas das medidas adotadas pelos governos neste cenário de reforma são entendidas aqui como elementos centrais do dispositivo da Reforma, os quais vão ter efeitos importantes nos processos de subjetivação.

O dispositivo é compreendido, conforme apontado por Foucault como sendo,

[...] um conjunto heterogêneo que engloba discurso, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (FOUCAULT, 1984, p. 244).

Para o autor, o dispositivo pressupõe a existência de um tipo de jogo de poder, de caráter estratégico que modifica as posições e funções entre estes elementos heterogêneos apontados,

o dispositivo está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem mas que igualmente o condicionam. É isto, o dispositivo: estratégias de relações de forças sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles (FOUCAULT, 1984, p. 246).

No caso da pesquisa, o conceito de dispositivo nos ajuda a ampliar a análise da forma como a Reforma se fez sentir no ensino profissional público, ao mesmo tempo que refletiu o acoplamento com as modificações do capitalismo. O trabalho de campo foi realizado em duas instituições de educação profissional, situadas na região do Vale do Rio dos Sinos. Foram escolhidos dois grupos de trabalhadores de cada escola, constituídos por funcionários e professores que ingressaram nas escolas em dois períodos históricos distintos. Um grupo que iniciou suas atividades logo após a criação dos estabelecimentos, nos anos 70, e o outro grupo que ingressou na escola na década da Reforma do Estado, ou seja, a partir dos anos 80. O tempo em que os trabalhadores iniciaram as suas atividades profissionais em ambas instituições é um fator importante na pesquisa, pois são contextos históricos que apresentam processos de organização social distintos em vários aspectos, em especial, sobre aqueles que interessam a temática da pesquisa, tais como: a globalização, o papel do Estado, o valor atribuído ao trabalho, a reestruturação produtiva.

As duas instituições escolhidas foram criadas na década de 1960, no período da industrialização e da reforma na educação no Brasil, a qual implantou o

ensino profissionalizante. A primeira é uma escola pública e a segunda caracteriza-se por ser uma fundação escola pública de direito privado. O ensino profissionalizante naquele período tinha como objetivo formar mão de obra para a indústria emergente. Ambas escolas foram criadas através da mobilização de empresários locais que identificavam a necessidade de qualificar jovens oriundos das camadas empobrecidas para trabalhar nas empresas da região. A qualificação nesta época estava relacionada a um contexto produtivo cujo modelo de organização do trabalho era taylorista-fordista, diferentemente da noção de competência utilizada atualmente no contexto da reestruturação produtiva. O movimento pela criação das escolas envolveu também os poderes públicos das esferas municipal, estadual e federal, que assumiram diferentes responsabilidades para a viabilização destas entidades.

A escolha do campo empírico da pesquisa buscou compreender as novas configurações do público e do privado no mundo do trabalho e na produção de subjetividade, uma vez que as escolas pesquisadas são paradigmáticas de uma aparente contradição. Ambas devem lidar com as transformações contemporâneas do capitalismo, onde está inserida a Reforma do Estado, enfrentando os impactos destas mudanças nas condições de trabalho, na função social da sua atividade profissional, na adoção de ferramentas de gestão das empresas privadas, ao mesmo tempo em que devem preparar os recursos humanos para este tempo de flexibilização, de polivalência, da supremacia do individualismo, enfim, afirmando o ideal do novo trabalhador, agora um empreendedor de si e do mundo.

O referencial escolhido e a inserção do pesquisador no campo da pesquisa permite um posicionamento estratégico análogo ao que Foucault³, citado por Neves (2000, p.16) denomina de caráter prospectivo do conhecimento: “o conhecimento é sempre uma certa relação estratégica que vai definir o efeito de conhecimento e por isso seria totalmente contraditório imaginar um conhecimento que não fosse em sua natureza obrigatoriamente parcial, oblíquo, perspectivo. O caráter perspectivo do conhecimento não deriva da natureza humana, mas sempre do caráter polêmico e estratégico do conhecimento. Pode-se falar do caráter perspectivo do conhecimento porque há batalha e porque o conhecimento é o efeito dessa batalha”. Reconhecendo que o interesse por este projeto de pesquisa surge a

³ FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: Nau editora, 1996-a.

partir de minha práxis profissional em uma entidade pública-estatal na condição de servidora pública e por duas vezes, ocupando a função de Diretora Executiva, torna-se imperativo ter presente que esse lugar tem significativas implicações na trajetória da pesquisa e, nesta direção buscamos, conforme Lourau (1993), construir a análise de implicação e a análise dos lugares que ocupo, ativamente, na pesquisa.

Para o estudo sobre os efeitos das transformações contemporâneas nos processos de subjetivação dos trabalhadores do serviço público-estatal em um contexto de Reforma do Estado do Rio Grande do Sul, será utilizado como instrumento de pesquisa, entrevistas que buscam reconstituir as trajetórias de vida e são inspiradas na perspectiva da abordagem biográfica, proposta por Cabanes(2001), aliada a análise foucaultiana buscando compreender como os relatos são atravessados pelos enunciados do dispositivo da Reforma do Estado. A pesquisa estuda os processos de subjetivação de um grupo específico de servidores em um contexto delimitado. Portanto, não existe intenção de generalização das conclusões que serão obtidas. Entretanto, segundo Cabanes (2001), toda história individual se refere necessariamente a uma história de interação com a comunidade e com a sociedade a qual pertence.

A escolha de analisar trajetórias permite articular a vida experienciada por determinada pessoa aos fenômenos sociais mais amplos. Por isso, a trajetória de vida é utilizada como ferramenta de análise porque possibilita a compreensão dos efeitos macrossociais do capitalismo na vida dos indivíduos. A vida sendo encarada não como uma sucessão de eventos, mas como acontecimento vivido em um determinado tempo e lugar, sob algumas circunstâncias. A técnica de pesquisa escolhida possibilita compreender como o trabalho atravessa os processos de subjetivação e como os trabalhadores construíram suas vidas tomando o trabalho como elemento guia.

De acordo com Ferrarotti⁴, citado por Nardi (2002, 114), a abordagem biográfica apresenta-se como alternativa para fazer a mediação entre a história individual e a história social. A relação entre a história social e a história individual não é vista por ele como linear e nem constitui um determinismo mecânico, pois o indivíduo é sujeito ativo do mundo social. Para o autor, há uma "reapropriação

⁴ FERRAROTTI, Franco. *Histoire et vie*: la méthode biographique dans les sciences sociales. Paris: Librairie des Meridiens, 1983.

singular do universo social e histórico” pelo indivíduo, o que significa a possibilidade de “conhecer o social a partir da especificidade irreduzível de uma práxis individual”.

O relato das entrevistas foi construído a partir de uma questão inicial apresentada aos sujeitos da pesquisa sobre o significado de trabalhar em uma instituição pública-estatal. As entrevistas tiveram por objetivo conhecer as trajetórias de vida e de trabalho, observando alguns aspectos relativos a temas constantes no Projeto da Reforma do Estado, tais como: a estabilidade do trabalhador no emprego público; a ineficiência do serviço público e a precarização do trabalho; a implantação do modelo de gestão gerencial por meio da Reforma Administrativa no Estado do Rio Grande do Sul; a compreensão da Reforma do Estado por parte dos entrevistados; a reforma da educação profissional e a formação dos novos sujeitos empreendedores.

As entrevistas realizadas individualmente seguiram um roteiro auxiliar utilizado pela pesquisadora, incluindo as seguintes questões relacionadas aos temas:

- As razões da escolha do trabalho na Instituição;
- A importância do trabalho em sua vida;
- As mudanças no trabalho hoje e no passado;
- A compreensão sobre as transformações no papel do Estado;
- A visão sobre o serviço público-estatal;
- As razões dos estigmas negativos do serviço público e os seus efeitos no trabalho e na vida do trabalhador;
- As esperanças e projetos para o futuro;
- O papel da escola técnica.

1.1 O EMPREGADO PÚBLICO E O SERVIDOR PÚBLICO

Mello (2000), divide a categoria dos servidores estatais em duas subcategorias. Os servidores das pessoas governamentais de Direito Privado (empregados em empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações de direito privado instituídas pelo Poder Público) são regidos pela CLT e mantém um vínculo de caráter trabalhista, sendo denominados de empregados públicos. O

servidor público designa os titulares de cargos públicos que mantém com o Estado um vínculo estatutário, em oposição ao empregado público, o servidor é considerado “todo aquele que mantém vínculo de trabalho profissional com as entidades governamentais, integrados em cargos ou empregos da União, Estados, Distrito Federal, Municípios, respectivas autarquias e fundações de Direito Público” (Mello, 2000, p.222)

Os sujeitos da pesquisa pertencem às duas subcategorias, sendo os trabalhadores da Fundação Escola, caracterizada como uma entidade pública de direito privado, denominados empregados públicos, e os da Escola Técnica Estadual, servidores públicos. No entanto, no desenvolvimento do trabalho foi utilizado o termo servidor público, designando as duas subcategorias.

1.2 CARACTERIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES ESTUDADAS

A Escola 1⁵ tem início no ano de 1961, quando um grupo de empresários idealiza uma escola técnica para o município de São Leopoldo. O objetivo principal da nova escola era a qualificação dos profissionais que atuavam nas empresas da região.

Houve a doação da área de 9.000 m², no centro de São Leopoldo, pelo poder público municipal e, em 1964, foi criada uma organização comunitária que assumiu a responsabilidade pela arrecadação de recursos e pela execução das obras da escola. O governo do Estado comprometeu-se com a doação de equipamentos e cedência de funcionários. Em 30 de julho de 1966 foi inaugurada a então denominada Escola 1. Nos dois primeiros anos o seu funcionamento era no noturno, passando depois a oferecer os cursos técnicos também no diurno. No ano de 1979, é elaborado um projeto para a ampliação, atualização de equipamentos, qualificação do ensino e aumento de vagas. Um grupo de empresários, ligados à Associação Comercial e Industrial, consegue captar os recursos para a execução do projeto. A partir de 1981, a escola muda novamente a sua denominação com a

⁵ As instituições pesquisadas serão denominadas no trabalho a partir da seguinte identificação: a Escola Técnica Estadual de Escola 1 e a Fundação Escola Técnica de Escola 2. As demais escolas referidas pelos entrevistados serão chamadas de Escola X ou Y.

integração do seu patrimônio aos bens do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

A nova LDB – Lei de Diretrizes e Base – Lei nº 9394/96, conforme a Reforma da Educação Profissional, propôs a desvinculação do ensino médio do ensino técnico em nível nacional, sendo assim implantada na Escola 1 no ano de 1997. Em 2000, a Escola altera o seu nome, adequando a sua terminologia à nova legislação. A instituição é vinculada a Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul, sendo o ensino gratuito. Os professores são admitidos mediante concurso público, autorizado e realizado de forma centralizada pela Secretaria de Educação, sendo regidos pelo Estatuto do Funcionário Público. Há também o expediente do contrato de emergência, que autorizado pela Assembléia Legislativa, possibilita a contratação de professores de modo emergencial. Aliás, esta forma de contratação tem sido utilizada intensamente pelos Governos do Estado, pois o contingente de professores foi reduzido por conta das medidas adotadas na Reforma do Estado. Entretanto, a demanda por professores aumenta progressivamente exigindo a contratação de mais docentes. A contratação emergencial permite a “prestação de serviços” sem nenhum tipo de vínculo trabalhista e acesso aos direitos dos trabalhadores. Além, evidentemente, do caráter temporário do trabalho.

A instituição possui oitocentos e oitenta e oito alunos, distribuídos nos três turnos. No ensino médio existem quatrocentos e quarenta e sete alunos matriculados e no ensino técnico são trezentos e quarenta alunos, sendo cento e setenta e seis no curso de eletromecânica e cento e sessenta e quatro no curso de eletrotécnica. Cento e um alunos estão realizando o estágio curricular. Os alunos são oriundos do próprio município em que está localizada a escola.

Atualmente a escola tem trinta professores efetivos, dezenove contratos de emergência e cinco funcionários, e destes, dois trabalham na secretaria da entidade e três na limpeza.

O funcionamento da instituição conta com o apoio da comunidade local e do empresariado da região. A manutenção e as reformas dos prédios, máquinas e equipamentos contam com o apoio financeiro do Círculo de Pais e Mestres da escola. O orçamento anual é repassado quadrimestralmente pelo Governo Estadual, sendo administrado pela Direção da Escola, eleita diretamente e pelo CPM.

A outra escola, denominada nesta pesquisa de escola 2, possui atualmente três mil e duzentos alunos. É uma instituição pública de direito privado que foi criada em 12 de abril de 1967, através de um convênio tripartite, onde o município doou o terreno de 20 hectares, a União construiu os prédios e instalou os equipamentos, e o Estado assumiu a responsabilidade pelo provimento dos recursos humanos e a manutenção. Tendo em vista a natureza jurídica da escola, o ensino não é gratuito, havendo a prerrogativa da concessão de bolsas de estudos. Por isso, a entidade possui uma fonte de recursos própria, oriunda das mensalidades dos alunos, do agenciamento de estagiários, convênios e prestação de serviços, excetuando-se a folha de pagamento e seus encargos, paga pelo Estado. Em relação às mensalidades escolares, cerca de 30% dos alunos são isentos e os demais pagam entre R\$ 16,00 e R\$ 450,00, de acordo com a condição sócio-econômica das famílias. A média de valor dos alunos que pagam é de R\$ 60,00 mensais.

A Escola 2 é vinculada a Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul, mas mantém um orçamento próprio, gerenciado pela entidade. A autonomia prevista no seu estatuto é cada vez menor, pois a gestão da escola precisa da autorização do Governo para a liberação dos recursos. Nos últimos anos, a própria receita tem sido retida pelo Estado.

A Administração da Instituição está constituída por um Conselho Técnico Deliberativo, Conselho de Curadores, Diretoria Executiva, Diretoria Administrativa, Diretoria de Ensino, Diretoria de Pesquisa e Diretoria de Recursos Humanos. A Direção Executiva é eleita diretamente pela comunidade escolar desde o ano de 1996. Antes disso, havia um processo de eleição através de uma lista tríplice que era encaminhada ao Governo do Estado.

A escola atende alunos provenientes de mais de cinquenta municípios da região, constituindo-se como uma instituição de caráter regional. Possui cento e sessenta e cinco professores, vinte e quatro auxiliares de ensino e sessenta funcionários. Os servidores são contratados mediante concurso público, sendo regidos pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas. O serviço de limpeza e segurança é feito por empresas terceirizadas a partir da década de 90.

A instituição também conta com o apoio da Associação de Pais e Mestres e da comunidade local e empresarial para ações de melhorias da escola. Possui também uma incubadora tecnológica na área da escola. Realiza uma feira anual,

de caráter estadual, nacional e internacional, dirigida aos alunos de 14 a 20 anos, oportunizando a apresentação de projetos científicos e tecnológicos. Atualmente, esta é a principal feira da América do Sul, projetando a instituição internacionalmente.

São oferecidos seis cursos técnicos, sendo que a instituição, devido ao fato de não concordar com o propugnado pela reforma da educação profissional quanto à separação do ensino médio do ensino técnico, conseguiu encontrar uma alternativa para preservar a integração. Por isso os cursos de eletrotécnica, eletrônica, mecânica e química, que funcionam no diurno, foram mantidos de forma articulada com o ensino médio. À noite, além destes quatro cursos, funcionam ainda os cursos técnicos automotivo e segurança do trabalho. Os cursos noturnos são pós-médios, ou seja, os alunos já devem ter concluído o ensino médio.

2 O ESTADO E A SUBJETIVIDADE NO CONTEXTO DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Para articular o trabalho à dimensão da subjetividade e compreender como a subjetividade dos trabalhadores estudados é mobilizada para a nova racionalidade governamental, proponho analisar aqui a Reforma do Estado, considerando as contribuições de diversos autores sobre a formação do Estado brasileiro e sobre as noções de público e privado sem, entretanto, adotar as suas perspectivas teóricas. O conceito de governamentalidade desenvolvido por Foucault é utilizado centralmente neste trabalho porque representa uma outra possibilidade para pensar as questões do Estado e do poder na relação com a constituição do sujeito contemporâneo.

A Reforma do Estado é analisada nesta pesquisa porque opera como um dispositivo no âmbito público-estatal que introduz as transformações que ocorrem no capitalismo contemporâneo. Portanto, pretendo investigar como as alterações no mundo do trabalho, as novas configurações do público e do privado e os novos laços sociais se manifestam no âmbito estatal.

A introdução da nova lógica de gestão da chamada “coisa pública”, denominada pelo Ministro Bresser Pereira (1998) de “administração gerencial”, não consistiu apenas em uma mudança na forma de gestão, pois transferiu funções estratégicas para o setor privado e atuou no que restou do Estado, introduzindo os princípios da competitividade, da qualidade e da redução de custos, princípios gestados na esfera produtiva privada. Estas transformações garantiriam ao aparelho estatal um caráter flexível e eficiente para enfrentar os desafios impostos pela “globalização” e pela demanda crescente de serviços ao poder público.

A seguir serão mencionados os estudos de alguns autores sobre o processo de constituição do Estado Brasileiro para auxiliar na compreensão das condições de possibilidade dos discursos sociais relacionados ao serviço público e que tem implicado nos jeitos de ser e de trabalhar do servidor ou empregado público.

2.1 A FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

Desbravada a Terra de Santa-Cruz, mais tarde denominada de Brasil, os portugueses começam a deixar suas marcas indeléveis sobre a grande nação que se constituiria como herança de sua colonização. Na Carta que envia a El-Rei, o escrivão-mor da frota cabralina, Pero Vaz de Caminha, ao seu final, pede a Sua Alteza um favorzinho pessoal nos seguintes termos: “E pois que, Senhor, é certo que, assim neste cargo que levo, como em outra qualquer coisa que de vosso serviço for, Vossa Alteza há de ser de mim muito bem servida, a Ela peço que, por me fazer singular mercê, mande vir da ilha de São Tomé a Jorge de Osório, meu genro – o que d’Ela receberei em muita mercê. Beijo as mãos de Vossa Alteza (RIBEIRO, 2005, p. 5) .

Caminha inaugura uma prática, ao tentar favorecer o seu genro, que ficou arraigada na condução da gestão do Estado português colonizador e se perpetuará na formação e desenvolvimento do Estado Nacional brasileiro, nos tempos do Império e da República.

São vários os exemplos e estudos que mostram um intrincado e duradouro sistema de apropriação dos cargos para familiares, apadrinhados e afins ao longo de nossa história. O Estado se constituía na base de sustentação dessas relações de poder estabelecidas, sendo a prática clientelista estruturante da relação do Estado com a sociedade no Brasil da segunda metade do século XIX.

Além das práticas clientelistas, utilizadas para consolidar a base de sustentação das elites, o Estado brasileiro desde os tempos coloniais foi constituído de modo a contribuir com o processo de acumulação da riqueza pelas elites, alocando recursos de acordo com seus interesses econômicos. Esta análise é partilhada por diversos autores que identificam o patrimonialismo e o clientelismo como práticas constituintes do funcionamento estatal brasileiro.

Sérgio Buarque de Holanda (1995), “um dos explicadores do Brasil” (ao lado de Gilberto Freyre e Caio Prado Junior) em seu livro *Raízes do Brasil*, constrói um panorama histórico no qual ele insere a figura do “homem cordial”. Para Holanda, a impossibilidade que o brasileiro tem em se desvincular dos laços familiares a partir do momento que se torna um cidadão, gera o “homem cordial”. Cordialidade esta que não é sinônimo de civilidade ou de polidez, mas que vem de cordes, coração. Esse homem cordial é aquele generoso, de bom trato, que para confiar em alguém precisa conhecê-lo primeiro. O rigor é totalmente afrouxado, onde não há distinção entre o público e o privado: todos são amigos em todos os lugares. O Brasil é uma

sociedade onde o Estado é apropriado pela família, os homens públicos são formados no círculo doméstico, onde laços sentimentais e familiares são transportados para o ambiente do Estado. É o homem que tem o coração como intermédio de suas relações. No Brasil, para o autor, falta o ordenamento impessoal que caracteriza a vida no Estado burocrático (weberiano).

Sobre o funcionamento estatal brasileiro, Holanda (1995, p.146) afirma ainda que:

No Brasil, pode dizer-se que só excepcionalmente tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados a interesses objetivos e fundados nesses interesses. Ao contrário, é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em circuitos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal.

A predominância de um tipo de atitude política das elites dominantes que identificavam no Estado apenas um sustentáculo de seus interesses materiais tornava difícil.

[...] aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público. Assim eles se caracterizam justamente pelo que separa o funcionário “patrimonial” do puro burocrata, conforme a definição de Max Weber (HOLANDA, 1995, p. 145).

Fedozzi⁶, citado por Neves (2000, p.36), caracteriza o modelo patrimonialista de formação social e política do país a partir de três elementos interdependentes:

(1) a concepção tutelar do poder engendrada pela precedência e primazia histórica do Estado em relação à sociedade e que se processa através de mecanismos de cooptação e de exclusão social e política; (2) a ausência de noção de contrato social nos padrões de relacionamento da ordem social e política, que pressupõem o reconhecimento do outro como sujeito portador de direitos enquanto noção igualitária básica da democracia; (3) a não distinção entre o que é público e o que é privado, configurando a inexistência da noção republicana que está na base das democracias; (4) a permanente reposição da dualidade entre o país real e o país formal denotando uma esquizofrenia entre os níveis institucional e social.

A cultura do serviço público no Brasil está fortemente associada ao processo de formação do Estado brasileiro, sendo que a questão da eficiência e do desempenho relacionada à gestão da máquina administrativa constitui um dos traços presentes nas diversas análises produzidas. Porém, é importante ressaltar

⁶ FEDDOZI, Luciano. **Orçamento Participativo**: Reflexões sobre a experiência de Porto Alegre. Porto Alegre, Tomo Editorial, 1997.

que as análises do funcionamento estatal brasileiro referidas possibilitam pensar o desempenho do serviço público não em termos absolutos de eficiência e ineficiência, como sendo uma disfunção ou como uma falha da organização. Em vários momentos da história do País, o Estado cumpriu a sua finalidade com grande eficiência, como demonstrado por Fiori, ao se referir ao período de 1930-1980, quando afirma que:

No cumprimento de seu papel dentro do velho projeto de desenvolvimento nacional, o Estado criou uma ampla e complexa institucionalidade, que se expandiu, especializando-se de forma contínua através de todo o período. Como produtor e coordenador de grandes blocos de investimento e principal agente de centralização financeira, o Estado brasileiro acabou montando burocracias econômicas competentes na gestão de suas agências, bancos e empresas produtivas (1995, p.102).

Neste estudo, proponho que o desempenho no serviço público seja analisado a partir de uma perspectiva foucaultiana, na qual o padrão eficiência seja entendido como uma produção política e social, ao contrário da análise feita pelos formuladores da Reforma Administrativa que o reduzem a um problema de paradigma de gestão.

2.2 O PADRÃO EFICIÊNCIA/INEFICIÊNCIA COMO UMA PRODUÇÃO POLÍTICA E SOCIAL

Em sua dissertação sobre A produção da Governabilidade na Gestão do Trabalho no Serviço Público, Neves (2000, p. 39) ao discutir o desempenho do serviço público a partir da análise da cultura brasileira e da dinâmica da nossa formação social propõe pensar o padrão eficiência/ineficiência como sendo mais do que um simples desvio dos recursos públicos para incentivar a acumulação de capital “[...] como se fosse apenas uma apropriação econômica do aparelho estatal através de práticas patrimonialistas”. Esse padrão eficiência/ineficiência faz parte do próprio mecanismo de dominação como uma das finalidades do Estado. Introduz nesta análise a contribuição do pensamento de Foucault sobre as prisões, quando este sugere que a falha no combate à delinquência não pode ser considerada como ineficiência do sistema prisional, pois a sua finalidade é a produção da delinquência enquanto um mecanismo de gestão das ilegalidades. “Neste sentido, podemos falar da produção social e política de um padrão

eficiência/ineficiência no serviço público, como um componente da estratégia de dominação”.

Sugerimos uma aproximação da noção de gestão ao conceito foucaultiano de poder, uma vez que as formas de gestão implicam disciplinamento e hierarquização, termos que estão fortemente relacionados ao significado de poder em Foucault. Para o autor não existe “o poder”, mas sim, práticas e relações de poder (1995, p.241):

Quanto às relações de poder propriamente ditas, elas se exercem por um aspecto extremamente importante através da produção e da troca de signos; e também não são dissociáveis das atividades finalizadas, seja daquelas que permitem exercer esse poder (como as técnicas de adestramento, os procedimentos de dominação, as maneiras de obter obediência), seja daquelas que recorrem, para se desdobrarem, a relações de poder (assim na divisão do trabalho e na hierarquia das tarefas) (FOUCAULT, 1995, p.241).

Tal posicionamento nos permite pensar a gestão como estratégias de disciplinamento das relações de trabalho que se associarão a um regime de saberes-verdades, servindo de referência para pensar o trabalho em estabelecimentos públicos de educação profissional e os processos de subjetivação. Torna-se assim importante recortar a noção de disciplina que aparece relacionada ao tema da educação, pois como assinalado por Castro,

[...] ainda que as idéias e as análises de Foucault tenham interessado justamente àqueles que se ocupam da educação, nenhum texto de Foucault foi inteiramente consagrado a essa questão. O tema da educação – que é sem dúvida, um tema importante na obra de Foucault – aparece sempre em relação com e a partir de outros temas; em primeiro lugar, em relação com a disciplina (2004, p.106).

A disciplina não deve ser compreendida como uma interdição, mas como um processo através do qual os sujeitos são construídos numa perspectiva de maximização de produtividade. A disciplina consiste em técnicas de individualização do poder, de vigilância, controle de conduta, do comportamento e das atitudes. A lógica disciplinar caracterizou a implantação do modelo taylorista-fordista (NARDI, 2002).

A idéia de disciplina deve ser acompanhada do conceito de normalização, uma vez que as instituições disciplinares tais como o exército, o hospital, a fábrica e neste caso, a escola constituíram-se como instâncias de normalização. A norma afetaria todas as condutas, referindo todos os atos e condutas individuais a algo

que não é simplesmente da ordem do permitido e do proibido, mas sim, ao mesmo tempo a um campo de comparação e de diferenciação, ao normal.

Entretanto, o modelo disciplinar que caracterizava o funcionamento destas instituições de confinamento, mostrou-se insuficiente para enfrentar as relações de produção da sociedade industrial. Há então uma sobreposição das formas de dominação, onde permanece a lógica disciplinar, porém não necessitando mais do confinamento. O advento da sociedade de controle faz com que o poder seja exercido de modo mais sutil e invisível, já que se trata de “intensificar a interiorização e a invisibilidade da norma na trama da própria vida” (Silva&Nardi, 2005, 194-195).

A referência à emergência da sociedade de controle na contemporaneidade auxilia na compreensão da Reforma do Estado como um dispositivo que colocou em funcionamento um conjunto de técnicas, estratégias, leis, procedimentos e discursos necessários para a produção de sujeitos empreendedores de si e de instituições flexíveis e eficientes. Neste contexto, o trabalho no serviço público tem sido investido por estes novos e sutis mecanismos de controle, oriundos de uma produção e difusão de técnicas e conhecimentos que asseguram a gradual incorporação da racionalidade empresarial capitalista para o interior das estruturas estatais.

Foucault (1995) analisa a questão do Estado a partir da perspectiva de governo. O conceito de governo foi utilizado pelo autor com a significação que tinha no século XVI, pois designava as estruturas políticas e a gestão dos Estados, como também a maneira de dirigir a conduta dos indivíduos ou dos grupos. O termo conduta é sugerido por Foucault para atingir o que há de mais específico nas relações de poder. Por isso, o governo dos homens pelos homens é considerado o elemento mais importante do exercício do poder, envolvendo modos de ação destinados a agir sobre as possibilidades de ação dos outros indivíduos.

A noção de poder como condução das condutas dos indivíduos e dos grupos é explicitada pelo autor

O poder, no fundo, é menos da ordem do afrontamento entre dois adversários, ou do vínculo de um com relação ao outro, do que da ordem do “governo”. [...] O modo de relação próprio do poder não deveria, portanto, ser buscado do lado da violência e da luta, nem do lado do contrato e da aliança voluntário (que não podem ser mais do que instrumentos); porém do lado deste modo de ação singular – nem guerreiro nem jurídico – que é o governo (FOUCAULT, 1995, p. 244).

Assim, pode-se afirmar que não existe o poder de uma instituição estatal, mas práticas estratégicas que animam tal instituição, pois “o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (FOUCAULT, 2003, p.89).

A concepção foucaultiana adotada neste trabalho, que demonstra a impossibilidade de reduzir o funcionamento do poder ao funcionamento do Estado ou da Administração, é importante para compreender que o Estado não pode ser visto como origem do governo, mas como constituinte e constituído de um campo de cálculos e de intervenções (FOUCAULT, 1995). A Reforma do Estado deve ser analisada dentro desta perspectiva, como um dispositivo – em múltiplos circuitos de poder – que atualiza o exercício do governo da população em consonância com as novas configurações da sociedade. Sendo assim, sugere-se agora uma referência à discussão conceitual e historiográfica presente na obra de Hannah Arendt (1993), a respeito do público e do privado. Tais noções constituem-se nos elementos centrais para pensar a contemporaneidade cuja lógica da privatização invade as instituições, os sujeitos e os espaços públicos.

2.3 AS CONFIGURAÇÕES HISTÓRICAS DOS CONCEITOS DE PÚBLICO E PRIVADO

A autora remonta à Grécia Clássica para mostrar como o equilíbrio da existência dos gregos se sustentava na clara demarcação entre o espaço público, da pólis, espaço da liberdade e da ação, e o espaço da vida privada, da família.

Para o pensamento grego, a vida privada corresponderia à esfera da família, que constituía-se numa organização privada com a função de garantir a sobrevivência da espécie e a manutenção individual. A casa era onde tinham lugar as atividades pertinentes à manutenção da vida. A família desempenhava as funções de necessidade e as relações estabelecidas entre os seus membros eram de desigualdade.

A vida pública corresponderia à pólis, onde tinham lugar as atividades pertinentes a um mundo comum, no qual todos⁷ eram iguais. Por isso, a liberdade podia ser alcançada somente pela política, que era exercida na pólis. Na esfera da família não existia liberdade, pois “ser livre significava ao mesmo tempo não estar sujeito às necessidades da vida nem ao comando de outro e também não comandar” (idem, *ibid.*, p.41).

A pólis e a casa eram, assim, entendidas como entidades diferentes e separadas e esta divisão constituía a base na qual se assentava todo o antigo pensamento político. O termo público se referia ao direito do povo, diferentemente do que é concebido modernamente, uma vez que público se refere ao direito do Estado e não ao direito do povo.

Arendt nos ajuda a entender as condições que possibilitaram o deslocamento ocorrido do direito do povo para o direito do Estado, quando nos fala da emergência da esfera social como um fenômeno novo que coincide com o surgimento da era moderna, assumindo como forma política o Estado Nacional. Segundo a autora (idem, *ibid.*, p.37), “a ascendência da esfera social, que não era nem privada nem pública no sentido restrito do termo”, começou a tornar difusa a linha que dividia os dois domínios.

Esse fato possibilitou a coincidência da política (vinculada à esfera pública), com a economia (vinculada à esfera privada), provocando deslocamentos nas formas de se conceber os termos “público” e “privado”. O termo economia política era visto como uma contradição, “pois o que fosse econômico, relacionado com a vida do indivíduo não era assunto político, mas doméstico por definição” (idem, *ibid.*, p. 38).

O público torna-se o lugar da administração do lar, da resolução dos problemas particulares. As coletividades passam a ser consideradas como famílias cujos negócios cotidianos devem ser atendidos em uma gigantesca administração (ARENDR, 1993, p. 47-59).

⁷ “Todos” aqui se refere aos homens gregos livres e proprietários, ou seja, os cidadãos, estatuto que excluía as mulheres, estrangeiros, escravos e trabalhadores manuais.

2.4 O DESBLOQUEIO DA ARTE DE GOVERNAR E O NASCIMENTO DA BIOPOLÍTICA

As condições de possibilidade para o nascimento da economia política podem ser encontradas nas questões colocadas a partir do século XVI e relacionadas à problemática geral do governo, ou seja, “Como se governar, como ser governado, por quem, até que ponto, com qual objetivo, com que método, etc” Foucault (1984, p.278).

Para Foucault, a questão referente a “como introduzir a economia – isto é, a maneira de gerir corretamente os indivíduos, os bens, as riquezas no interior da família – no nível da gestão de um Estado?” (idem, *ibid.*), somente se torna possível a partir da percepção dos problemas da população. Na sociedade soberana, o sentido de população, como o entendemos hoje, era impensável, pois na teoria do direito pré-moderna só se conheciam duas esferas sociais: de um lado, o Estado e o soberano, e de outro, o pai de família e sua casa.

A constituição da população e os fatos a ela associados conferiram ao termo economia o seu significado moderno. Foucault destaca três desses fatos que imbricados possibilitaram o que ele chamou de “desbloqueio da arte de governar”:

- a) a família passa a ser secundária em relação com a população, aparecendo como um elemento interno à população e não mais como modelo mas como instrumento de governo;
- b) a população, sendo sujeito de necessidades e, ao mesmo tempo, objeto nas mãos do governo, passa a aparecer como objetivo final de governo;
- c) produz-se um saber em torno das relações entre a população, o território e a riqueza, permitindo a formação de uma razão de Estado para que o governo se dê de uma forma racional e planejada. Surge então a economia política como ciência do governo, que tem a família como instrumento, a estatística como técnica e a população como objeto e objetivo.

O abismo entre a esfera pública (política) e privada (família) desaparece quando a administração doméstica se transforma em atenção e utilidade coletiva, formando-se assim “esta esfera curiosamente híbrida que chamamos de ‘sociedade’, na qual os interesses privados assumem importância pública” (idem, *ibid.*, p.45).

Quando o gerenciamento caseiro ascende para o domínio político, o Estado toma para si parte das funções da manutenção da vida e sobrevivência da espécie, antes exclusivamente da família. Isso permitiu “a entrada da vida na história – isto é, a entrada dos fenômenos próprios à vida da espécie humana na ordem do saber e do poder -, no campo das técnicas políticas” (Foucault, 2003, p. 133). Surgem então novas tecnologias totalizantes de gestão da vida, que marcam o nascimento da “biopolítica” - a operacionalização de uma nova tecnologia de poder centrada na vida - ou seja, a estatização do biológico, que põe em ação por meio da medida estatística, um poder regulamentador da vida.

Segundo Foucault, o “poder de vida e morte”, que antes era privilégio do Soberano, apresenta-se, na modernidade, “como o complemento de um poder que se exerce, positivamente, sobre a vida, que empreende sua gestão, sua majoração, sua multiplicação, o exercício, sobre ela, de controles precisos e regulações de conjunto” (2003, p.129).

2.5 A GOVERNAMENTALIDADE: O GOVERNO DO ESTADO E DAS MENTALIDADES

Foucault apresenta o conceito de governamentalidade para designar este novo e específico tipo de racionalidade, baseado na organização e controle das condutas que agora tem por alvo a população. A governamentalidade – ou a arte de governar – caracterizada por um conjunto de saberes constitutivos de uma nova racionalidade é que irá desenhar o Estado moderno. E para dar conta da relação entre a segurança, a população e o governo, esta arte de governar torna-se Ciência Política, em torno do nascimento da economia política, conforme vimos no capítulo anterior.

A arte de governar encontra uma primeira forma de cristalização ao se organizar ao redor do tema de uma Razão de Estado. Por Razão de Estado Foucault entende:

[...] o Estado se governa segundo as regras racionais que lhe são próprias, que não se deduzem nem das leis naturais ou divinas, nem dos preceitos da sabedoria ou da prudência; o Estado, como a natureza, tem sua racionalidade própria, ainda que de outro tipo (1984, p.286).

A doutrina da Razão de Estado buscava definir em que medida os princípios e métodos do governo estatal eram diferentes de como, por exemplo, Deus governava o mundo, o pai a sua família, ou mesmo, um superior sua comunidade. Tal doutrina esteve presente no desenvolvimento dos aparelhos administrativos da monarquia territorial, que deram origem aos aparelhos de governo durante o século XVI. Houve, portanto, o reforço das estruturas de administração, incluindo os próprios aparelhos estatais, passando pelas instituições filantrópicas e médicas, até estruturas mais antigas como as famílias.

Esta restrição do conceito de governo às questões relativas ao Estado ocorre na Modernidade, na qual “as relações de poder foram progressivamente governamentalizadas, ou seja, elaboradas, racionalizadas e centralizadas na forma ou sob a caução das instituições do Estado” (FOUCAULT, 1995, p.247), fazendo com que a sociedade vivesse um processo de governamentalização do Estado, ao contrário da estatização da sociedade. Sendo assim, a compreensão do Estado deve partir da observação das táticas gerais da governamentalidade.

A governamentalidade está ligada a questões morais, no sentido de fazer alguém se auto-regular e conduzir-se a si mesmo como sujeito da auto-regulação. A noção de governo está implicada no modo como o indivíduo questiona sua própria conduta com o propósito de governar-se melhor. Por isso, a governamentalidade compreende não somente práticas de governo dos outros, mas também práticas de si.

O conceito de governamentalidade contribui com o nosso estudo sobre a Reforma do Estado, pois vimos que o próprio Foucault sugere que a compreensão do Estado deve considerar as táticas gerais da governamentalidade. Além disso, esta categoria conceitual introduz a dimensão do sujeito, que se constitui, na relação com as mudanças operadas no trabalho, o objetivo principal do nosso estudo. A abordagem foucaultiana possibilita a articulação da problemática das práticas de “governamentalidade”, no nível da população e, no nível do indivíduo, pois os funcionários das instituições estudadas constituem-se ao mesmo tempo como alvos e como veículos das políticas de governo. As políticas administrativas conduzidas no processo de Reforma do Estado funcionam como um mecanismo de regulação importante nas estratégias de governo.

O deslocamento do governo dos outros para o governo de si permite introduzir a temática da autoconstituição do sujeito. Ao descrever as tecnologias de

governo na análise do poder, Foucault constitui as técnicas de si e a relação entre ambas é definida pelo autor como governamentalidade. Mentalidades de governo são racionalidades políticas pelas quais governar se torna uma questão de conduzir de forma calculada as condutas de si e dos outros buscando atingir certos objetivos (BAMPI, 2003).

Quando Foucault analisa o dispositivo da sexualidade se dá conta de que o exercício do poder não deve ser entendido como pura violência ou coerção, uma vez que o poder consiste em relações complexas. Dessa forma, as relações de poder implicam em dominação e em resistência. As lutas forjadas nos processos de dominação e resistência permitem uma maior visibilidade do poder, questionando o estatuto do indivíduo e afirmando o direito de ser diferente, o que os torna indivíduos singulares. Por outro lado, ataca aquilo que rompe a relação do indivíduo com os outros, ligando-o a sua própria identidade de modo coercitivo. O autor atribui dois sentidos para a palavra sujeito: “sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a” (FOUCAULT, 1995, p. 235).

Após ter estudado o campo de governo, partindo das técnicas de dominação, Foucault passa a analisar as tecnologias de governo não somente orientada para os outros, mas também para si e conclui: “Se quisermos analisar a genealogia do sujeito na civilização ocidental, é preciso considerar não apenas as técnicas de dominação, mas também as técnicas de si” (2004, p. 95).

Ramminger (2005), em sua dissertação, problematiza a questão do sujeito, da qual recortamos para o nosso estudo, a discussão do assujeitamento em Foucault que deve ser relevantemente considerada na análise da relação subjetividade e trabalho, pois o aprisionamento às normas traz em si mesmo as possibilidades de resistência. Conforme Ramminger,

estudar a relação entre subjetividade e trabalho é estar atento, portanto, não apenas as formas de assujeitamento, mas também às transgressões e às possibilidades de invenção de outros modos de lidar com as normas, quiçá transformando-as (2005, p. 26).

Nardi (2002, p.20) propõe pensar a subjetividade através dos processos e dos modos de subjetivação. O processo de subjetivação é “a maneira como o conjunto de regras que define cada sociedade é experienciado em cada trajetória

de vida“, enquanto que os modos de subjetivação referem-se à forma predominante como os sujeitos se relacionam com a regra, reconhecendo-se como impelidos a colocá-la em prática.

Michel Foucault utiliza a ferramenta genealógica para compreender “O que somos hoje”, buscando encontrar no passado às condições de possibilidade de ser o que somos no presente. A genealogia produz uma ruptura com um tipo de fazer histórico, que se preocupa em encontrar uma origem fundacional para determinados conceitos ou práticas. Para o autor, a verdade é produzida e cada época determina o que pode ser dito e pensado a partir do que ele chama de “jogos de verdade”. Os jogos de verdade são os diferentes procedimentos que conduzem a uma verdade ou regime de verdades que sustenta uma determinada forma de dominação. Há, portanto, uma luta permanente entre diferentes campos de saber que produz determinados regimes de verdade.

As investigações de Foucault para compreender “como nos tornamos sujeitos” em cada tempo e em cada contexto, nos indicam a necessidade de identificar os regimes de verdade que balizam os processos de subjetivação dos trabalhadores de nossa pesquisa. Por isso, a perspectiva genealógica é adotada na pesquisa para compreender como os diferentes discursos sobre o trabalho no serviço público-estatal, que legitimam a Reforma do Estado, incidem sobre a vida dos trabalhadores, neste estudo, trabalhadores de escolas técnicas, determinando o seu modo de trabalhar e a experiência que fazem de si mesmos.

É preciso reconhecer que as táticas de governo contemporâneas não seriam eficazes sem a mobilização das subjetividades para esse objetivo. O circuito da governamentalização no aparelho administrativo escolar se completa com a produção da sujeição dos seus trabalhadores, que envolve também as diversas formas de resistência praticadas.

2.6 A RACIONALIDADE GOVERNAMENTAL CONTEMPORÂNEA E A PRODUÇÃO DOS NOVOS SUJEITOS

Ainda que reconheçamos a difusão da linha divisória entre público e privado, as tentativas de definir os termos dicotômicos em questão constituem uma das principais incumbências dos economistas políticos da era moderna, pois é por meio

da ciência do governo que se deve estabelecer as competências do Estado, estabelecendo os seus limites e distinguindo aquilo que é da ordem pública daquilo que é da ordem privada.

A forma de classificação em que a divisão contém apenas dois termos reciprocamente exclusivos (ou é público ou é privado), entrou em crise ao mesmo tempo em que se tornou objeto da ciência política. Portanto, a liquidação da dicotomia começa a ser produzida no momento em que a própria dicotomia é elaborada cientificamente, ou seja, quando é capturada pela economia política e associada ao domínio estatal, coincidindo com a transferência dos instrumentos de governo dos grupos populacionais da lei para a norma, que age, sobretudo, na esfera do social. Conforme Arendt (2001, p. 79),

a contradição entre o privado e o público, típica dos estágios iniciais da era moderna, foi um fenômeno temporário que trouxe a completa extinção da própria diferença entre as esferas privada e pública, e a submersão de ambas na esfera do social.

Na verdade, a diluição da antiga divisão alterou profundamente o significado da própria dicotomia e os termos desta dicotomia agora são estabelecidos segundo uma racionalidade governamental inteiramente diferente. Bauman (2001) e Sennett (2000), entre outros autores, apontam para o fato de que o mundo outrora chamado de “moderno” vem passando por transformações e vem se (des/re)organizando de tal maneira que os modos como experimentamos esse mundo estão sendo profundamente modificados. As formas de ordenamento consideradas modernas, ao serem rearranjadas, transformam o próprio caráter de moderno, engendrando, assim, a contemporaneidade que quanto mais combina os diversos elementos que a compõem (discursos, práticas, mecanismos, dispositivos, procedimentos, técnicas), mais dificulta a percepção desses elementos em separado.

De acordo com Bauman (2001), um dos deslocamentos mais poderosos operado na contemporaneidade diz respeito à intensificação e expansão da lógica de mercado que passa não apenas a influenciar, mas também e principalmente a coordenar, conduzir, induzir, arranjar, orientar a organização dos espaços e o controle da ordem. Trata-se de um mercado em constante movimento, o que significa duas coisas: não fazer parte de nenhum lugar específico e com isso estender sua presença a quase todos os lugares. Disso resulta que dificilmente

sabemos com certeza de que lugar as novas e móveis ordens serão estabelecidas, porque o controle está disperso e difusamente distribuído pelo corpo social. Porém, o controle continua tendo efeitos normalizadores, só que a normalização das coisas relativas à vida cotidiana de cada um e da massa populacional está passando por mudanças correspondentes às novas formas de organização da vida atual.

Richard Sennett (2000) faz uma análise dos impactos do capitalismo flexível sobre o caráter pessoal, na qual refere que o sistema de poder que se encontra nas formas de flexibilidade dos dias de hoje são mais sutis, mas continuam presentes no trabalho em equipes, flexitempo, recursos tecnológicos – os novos artifícios da dominação. Acrescenta que a sociedade atual busca meios de destruir os males da rotina com as denominadas instituições flexíveis. A repulsa à rotina burocrática e a busca da flexibilidade, ao invés de libertarem, teriam como resultado a produção de novas estruturas de poder e controle.

O autor argumenta ainda que uma vida de impulsos momentâneos, de ações de curto prazo e sem rotinas que se sustentem constitui uma existência irracional, sem objetivos nem propósitos. Sendo assim, o novo cenário econômico-social que traz termos excitantes como agilidade, flexibilidade e mudança não propicia a realização ambicionada, ao mesmo tempo em que corrói no indivíduo as qualidades que criam os laços entre os seres humanos e lhes conferem uma identidade sustentável.

Neste sentido, podemos dizer que outra transformação operada nos últimos tempos e conectada com as demais transformações contemporâneas refere-se à valorização generalizada do sujeito, traduzida por um individualismo cada vez mais afastado dos grandes sistemas de sentido. A contemporaneidade parece acentuar a fabricação de um certo tipo de sujeito privado, sujeito privatizado que vem sendo produzido desde a ascendência da esfera que Arendt (2001, p.79) chama de “social”:

Daí o desaparecimento de ambas estas esferas da vida – a esfera pública porque se tornou função da esfera privada, e a esfera privada porque se tornou a única preocupação comum que sobreviveu. [...] a única coisa que as pessoas têm em comum são seus interesses privados.

Quando o próprio Estado assume a necessidade de uma administração do tipo gerencial, inspirando-se na lógica da administração de empresas identificadas com o setor privado, ficam evidentes a dissolução e privatização do conceito de

público ou, nas palavras de Hardt&Negri (2002, p.232), “o público é dissolvido e privatizado até como conceito”.

A transformação na delimitação do público e do privado, com o superinvestimento no íntimo e no familiar como constitutivos da subjetividade pós-moderna, “facilita” a construção e a manutenção da crença na importância do privado concomitante à desvalorização do público. Isto acontece já que o próprio processo de constituição subjetiva opera a partir do molde valorativo de um espaço em detrimento do outro e estabelece o suporte psíquico necessário à manutenção desse aspecto da ordem social.

O novo ser humano passa a ser o indivíduo produtor-consumidor que não é somente um empreendedor no sentido tradicional, mas, sobretudo, um empreendedor de si e do mundo. O trabalho de “auto-elaboração de si” torna-se a principal e mais rentável transação do mercado social em crescimento.

Nesta racionalidade de governo que se constitui, vê-se fortalecer progressivamente a idéia de que o novo ser humano é menos o sujeito disciplinado pelas técnicas de trabalho e pelas normas familiares do que o sujeito independente e senhor de si a que a nova lógica passa a exigir. Indivíduo que deve ser o “autor ativo” de suas escolhas de vida e também o único responsável pelos riscos e perigos que estas escolhas implicam. A segurança anteriormente garantida pelo Estado se dissolve como imperativo de cada indivíduo.

3 BREVE CARACTERIZAÇÃO DO MODELO INSTITUCIONAL DO ESTADO BRASILEIRO NO PERÍODO DE 1970-90

A década de 70 é caracterizada pelo milagre brasileiro, período de crescimento econômico e grande euforia. O Estado assume o papel de forjador do crescimento, desempenhando funções de regulamentação, financiamento, execução e produção, especialmente, nas áreas estratégicas.

O aparelho estatal vive um momento de abundância de recursos, de expansão e estruturação tecnocrática, cumprindo o seu papel estratégico do ponto de vista macroeconômico.

Nos anos 80, no plano político, houve a redemocratização do País, a Constituição de 1988, incluindo a garantia dos direitos sociais e políticos. Em termos econômicos, a década é marcada pela recessão. A carência de recursos abala a máquina burocrática, desencadeando um amplo debate sobre o papel do Estado. A dívida pública cresce dificultando os investimentos na infra-estrutura e demandas sociais.

A crise econômica que afetou os países desenvolvidos e em desenvolvimento na década de 80 trouxe para o cenário mundial um conjunto de medidas a serem implementadas nos diferentes países do mundo globalizado. Nesta nova ordem mundial há um reposicionamento do Estado diante das estratégias de transformação social.

A Reforma do Estado constitui-se como um dos temas de maior importância na agenda contemporânea das políticas públicas. A literatura identifica duas fases políticas da Reforma do Estado. A primeira fase tratou da gestão da crise econômica que afetou as economias desenvolvidas e as periféricas na década de 80. A segunda fase, que se consolidou a partir dos anos 90, teve por objetivo a estabilidade macro-econômica e a reforma das instituições públicas.

O governo Collor inaugura a década de 90, cuja centralidade das ações está no controle do processo inflacionário, abertura econômica e reforma do Estado. O Estado busca ser menos executor e mais inteligente/gestor, inspirado no movimento “reinvenção de governos”, que foi adotado pelo Governo Clinton nos EUA e utilizado no governo Fernando Henrique Cardoso em 1994.

A reinvenção de governos tem dois pressupostos centrais. O primeiro deles rompe com o sentido positivo da palavra burocracia que, no passado, representava racionalidade e eficiência. O outro pressuposto parte da constatação de que as burocracias públicas foram estruturadas no século XX para dar conta de uma economia industrial, encontrando-se, portanto, defasado em relação às demandas contemporâneas da sociedade.

Apresentamos a seguir um quadro do modelo institucional do Estado Brasileiro referente ao período histórico estudado na pesquisa:

| | DÉCADA DE 70 | DÉCADA DE 80 | DÉCADA DE 90 |
|---------------------------|--|--|---|
| Contexto Macroeconômico | Crescimento Econômico | Recessão, Crise das dívidas, Abertura política | Inserção da economia no mercado internacional |
| Estratégia Organizacional | Regulamentador/ Financiador/ Executor/Produtor | Regulamentador/ Financiador/ Executor/Produtor | Regulamentador/ Foco nos papéis básicos/Gestão estratégica/ Articulação |
| Financiamento | Abundância de Recursos | Crise de Financiamento/ Ausência de recursos | Transformação do modelo de financiamento e distribuição de recursos/Busca de parcerias privadas |

Fonte: Di Lorenzo (1993)

3.1 A REFORMA DO ESTADO NO BRASIL

Na década de 90 passa a se conformar um novo cenário com a reforma do Estado, instaurando uma transformação na estruturação do aparelho administrativo. O campo estatal vai conviver com a progressiva introdução da lógica e dos mecanismos que regem o mundo das empresas privadas, resultado da incorporação de novas práticas discursivas e não discursivas associadas a saberes da Economia e da Administração próprios ao setor privado.

Como já dito, no Brasil a Reforma do Estado foi desencadeada pelo governo Federal a partir de 1995, produzindo uma transformação na estrutura do aparelho estatal. Do ponto de vista normativo destas transformações, destaca-se a

elaboração do Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado (PDRAF), pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), cujo Ministro era Luiz Carlos Bresser Pereira, um dos principais teóricos do projeto. O documento denominado “Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado” diz que a “crise brasileira da última década foi também uma crise do Estado” (Brasil/MARE, 1995, p.2).

A crise do Estado no Plano Diretor (BRASIL, 1995:15), é definida “(1) como crise fiscal, caracterizada pela crescente perda de crédito por parte do Estado e pela poupança pública que se torna negativa; (2) o esgotamento da estratégia estatizante de intervenção do Estado, a qual se reveste de várias formas: o Estado de bem-estar social nos países desenvolvidos, a estratégia de substituição das importações no terceiro mundo, e o estatismo nos países comunistas; e (3) a superação da forma de administrar o Estado, isto é, a superação da administração burocrática”.

O plano delimitou a nova área de atuação do Estado, realocando atividades para o setor privado ou o setor público não-estatal e reorganizando as funções que permaneceram no âmbito estatal. De acordo com o então ministro, o setor público-estatal corresponderia às “[...] entidades do terceiro setor, [...] entidades sem fins lucrativos, organizações não-governamentais, organizações voluntárias” (BRESSER Pereira, 1988, p. 26). Dessa forma, o papel do Estado foi delimitado pelos processos de privatização, publicização (transferência de um serviço da esfera estatal para a não-estatal) e terceirização.

As funções que permaneceram no âmbito do Estado foram assim definidas pelo PDRAF:

- Núcleo Estratégico: corresponde ao setor onde são formuladas as políticas públicas, compreendendo o Presidente da República, os ministros e seus assessores diretos, as secretarias formuladoras das políticas públicas, o Legislativo e o dirigente máximo das instituições públicas estatais, fundações e autarquias;

- Atividades Exclusivas de Estado: setores de atividades monopolistas que só podem ser realizadas pelo Estado, não sendo passíveis de realização em ambientes de concorrência, tais como: definir e fiscalizar as leis, exercer o poder de polícia, arrecadar impostos, previdência social básica;

- Atividades não-exclusivas de Estado: serviços sociais e científicos como saúde, educação, produção cultural e tecnológica, ou seja, os serviços que podem ser transferidos para a esfera não-estatal;

- Atividades de produção de bens e serviços para o mercado: compreendem as áreas de infra-estrutura e produção de insumos como telecomunicações, eletricidade, bancos, extração de petróleo, siderurgia, etc, que seriam objeto de privatização.

Com estas mudanças, conforme o Plano, estavam lançadas as bases para uma estrutura de Estado que permitisse a desregulação econômica, o aumento da governança e o aumento da governabilidade. Os conceitos de “governança (ou governance) e “governabilidade”, utilizados pelo Banco Mundial, são os princípios que orientaram os debates sobre a reforma do aparelho de Estado (PEREIRA; DINIZ, 1998 e 1997).

“Governança” corresponderia às “condições financeiras e administrativas para transformar em realidade as decisões que toma” (Bresser Pereira, 1998, p.40). “Governabilidade” seria a capacidade política de governar e produto do equilíbrio entre as demandas destinadas ao governo e da disponibilidade de instrumentos para resolvê-las, com base em um elevado grau de institucionalização política. No caso do Brasil, a governança seria conquistada através do processo de reforma do Estado e a governabilidade a partir da reforma política, sendo a primeira fundamental para garantir a segunda.

Benites (2000, p.60), em sua dissertação, propõe pensar estes conceitos a partir de uma perspectiva foucaultiana, como sendo “atualizações explícitas da problematização das táticas da governamentalidade na contemporaneidade”, sendo as suas formulações elaboradas a partir dos organismos internacionais (FMI, Banco Mundial, etc.), dos técnicos políticos que participam da gestão do Estado e das disciplinas como a Economia, a Ciência Política e a Administração Pública.

De acordo com Bresser Pereira (1998), estariam lançadas as bases para a implantação de uma nova lógica de gestão da chamada coisa pública, denominada de “administração gerencial”. Entretanto, Benites (2000) alerta que a introdução desta nova lógica e dos mecanismos que regem o mundo das empresas privadas não se restringe apenas a uma mudança na forma de gestão. Trata-se de uma sutil forma de privatização que exclui somente o núcleo estratégico do novo Estado, pois transfere funções diretamente para o setor privado ou permanece operando no

seu interior utilizando os princípios gestados na esfera produtiva privada: competitividade, qualidade, redução de custos. Estas transformações foram justificadas como necessárias para garantir ao aparelho estatal um caráter flexível e eficiente capaz de enfrentar os desafios impostos pela globalização e pela demanda crescente de serviços públicos.

O plano de reforma ainda não está concluído e as ações já implementadas não o contemplam na sua totalidade, o que se deve em parte aos problemas de “importação” do modelo, criado em outro contexto sócio-político e ainda à correlação de forças sociais na definição das estratégias de poder ou de resistência ao referido processo (BENITES, 2002, p. 62). Assim, além da sua operacionalização ser parcial no interior do Estado Brasileiro, existe um processo de mudanças em curso devido ao resultado da eleição presidencial de 2002.

A discussão sobre o papel do Estado está inserida no contexto de transformações do capitalismo, que tem impactos relevantes no mundo do trabalho. A sociedade contemporânea vive a transformação do papel do Estado, modelado no interior de um regime de verdades legitimador de um conjunto de práticas governamentais que encaminha para o setor privado, atribuições relativas ao cuidado da população. O conceito de regime de verdades é definido por Foucault como os,

[...] tipos de discursos que a sociedade acolhe e faz funcionar como verdadeiro: os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados falsos ou verdadeiros; a maneira pela qual se sanciona a ambos; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para obtenção da verdade; o estatuto daquele que se encarrega de dizer o que funciona como verdade (1995, p.131).

Busca-se, instituir no âmbito estatal, modos de operar característicos da lógica privada e empresarial, com o objetivo proposto de dar agilidade, eficiência e qualidade aos serviços.

Enquanto as empresas do setor privado se adaptam aos novos tempos e adotam os modernos modelos gerenciais, exaltando a imagem da empresa como sinônimo de eficiência e qualidade, a imagem do serviço público é diária e severamente atacada. As mídias pautam a qualidade do serviço público, produzindo uma série de reportagens buscando “flagrar” o mau atendimento, a ineficiência, a morosidade, etc. Consagra-se uma visão que associa a empresa privada com bom funcionamento, ao contrário da organização pública-estatal, que

é vista como não tendo jeito mesmo. Há uma naturalização de algo que é construído social e historicamente pelos sujeitos e que se constitui em uma verdade para a sociedade.

Ineficaz, ineficiente e responsável pelo déficit público são alguns dos adjetivos enunciados centrais utilizados no discurso que designa a crise estrutural do Estado, fortalecendo a dicotomia entre público e privado. Por público, caracteriza-se tudo o que é ineficiente, aberto ao desperdício e à corrupção, e por privado, a esfera da eficiência e da qualidade.

3.2 O SERVIDOR PÚBLICO E A “REPRESENTAÇÃO MATRIZ”

Assistimos, assim, a deterioração das imagens sociais do serviço público e dos próprios servidores públicos, sempre associadas a estereótipos pejorativos. Veneu (1990) sintetiza as imagens negativas do funcionário público em uma “representação matriz”, que o caracteriza como um indivíduo acomodado, sem ambições intelectuais, sem preocupação com os resultados do trabalho e que geralmente atende mal os que o procuram. As organizações públicas carregam o estigma de ineficiência, de desperdício, de falta de coordenação e de controle, estando sujeitas ao clientelismo, ao nepotismo e a corrupção.

O funcionário público tem inspirado escritores, músicos, cineastas e ocupado capítulos na literatura acadêmica. Está presente nos clássicos da literatura como Dom Casmurro, de Machado de Assis, A Metamorfose, de Kafka, Recordações do Escrivão, de Lima Barreto, Angústia, de Graciliano Ramos. No filme Carlota Joaquina, Princesa do Brasil, dirigido por Carla Camurati, em 1994, aparece o futuro Dom João VI de Portugal distribuindo os cargos e o poder para governar melhor a sua colônia. A música “Maria Candelária”, de Clécio Caldas e Armando Cavalcanti, cantada em 1951, faz uma crítica bem humorada ao cotidiano de um servidor público (KUPSTAS, 1997).

As figuras do Barnabé e da Maria Candelária, que representavam os funcionários públicos nos anos 50, foram substituídos por estereótipos mais contemporâneos como os aspones, os marajás, os anões do orçamento, numa referência crítica ao clientelismo da máquina administrativa e à corrupção.

Marcos Veneu (1990, p.5), no seu artigo “Representações do Funcionário Público”, discute estes estereótipos ao analisar algumas das representações elaboradas sobre o funcionário público, entendido no sentido lato, como “o trabalhador empregado pelo Estado nos níveis federal, estadual e municipal, seja na administração direta, seja nas autarquias e empresas de economia mista”. Neste estudo, Veneu identifica a diversidade interna da categoria, distinguindo três grandes grupos: os funcionários da administração direta, com tarefas mais burocráticas; os que trabalham nos “serviços sociais” do Estado, que seriam as áreas da saúde, educação e cultura; e os empregados nas empresas estatais e órgãos ligados à área econômico-financeira do Estado.

A nossa pesquisa corrobora esta diversidade, pois ainda que possamos dizer que ela envolve o grupo dos que trabalham nos “serviços sociais” do Estado, como dissemos na Introdução, os trabalhadores entrevistados, estão divididos também em duas subcategorias do serviço público: trabalhadores da administração direta e da indireta, sendo um subgrupo estatutário e o outro vinculado a CLT. O trabalho do referido autor interessa para este estudo no sentido de ressaltar a heterogeneidade da categoria “funcionário público” e a reprodução no seu interior, da desigualdade social que existe na sociedade.

Ainda com relação à imagem do funcionário público, Mello (1998) apresenta uma pesquisa realizada no final dos anos 50 com moradores de São Paulo. Eles tiveram que classificar as trinta profissões que lhes foram apresentadas. O resultado identificou quatro grupos: o da base da sociedade (lixeiro, estivador, trabalhador agrícola, pedreiro, garçom), o do trabalho qualificado (condutor de trens, carpinteiro, tratorista, cozinheiro de restaurante de primeira classe, balconista, motorista, mecânico), o da classe média (o dono do pequeno estabelecimento comercial, o professor primário, o funcionário público de nível médio, o escriturário, o viajante comercial, o empreiteiro, o sitiante, o despachante, o guarda-civil) e o do topo da sociedade (diretor superintendente, fazendeiro, gerentes, advogado, médico, padre, jornalista).

Dois critérios de valor orientaram o julgamento das profissões: o do valor mercantil de cada profissão e o critério de valor social. O critério de valor social predominou sobre o critério de valor mercantil, o que significa dizer “que a família, a política e o Estado, a vida religiosa ou escolar, foram consideradas formas superiores de existência em relação à atividade dos negócios” (p.588-589).

O valor da educação era visto como um meio de qualificação, mas igualmente como uma extensão da família e da Igreja no processo de socialização e integração social.

A década de 50 e o início dos anos 60 foi caracterizada por um processo rápido de industrialização e urbanização, criando inúmeras oportunidades de investimento. As transformações relativas à organização do Estado são descritas nesta longa, mas importante citação:

O novo Estado que emergiu em 1930 não resultou da mera centralização de dispositivos organizacionais e institucionais preexistentes. Fez-se, sem dúvida, sob fortes impulsos de burocratização e racionalização, consubstanciados na modernização de aparelhos controlados nos cumes do Executivo Federal. Mas não se reduziu simplesmente à “desapropriação” dos instrumentos locais e regionais de poder estruturados sob o Estado oligárquico. A centralização trouxe elementos novos, que alteraram a qualidade e a natureza do conjunto de instrumentos políticos ou de regulação e controle anteriormente vigentes. Velhos órgãos ganharam nova envergadura, estruturaram-se gradativamente as carreiras, assim como os procedimentos sujeitaram-se crescentemente à lógica racional legal. Ao mesmo tempo, erigiu-se um novo aparelho de regulação e intervenção econômica: estruturou-se no Estado uma área social na qual passaram a ser gestadas políticas públicas de caráter nacional; finalmente, os organismos coercitivos e repressivos estatais adquiriram substância qualitativamente nova (MELLO, 1998, p.593).

O aparelho social do Estado cresce especialmente nas áreas de educação, saúde e previdência. Na educação pública ampliam-se as vagas, o número de escolas e o número de professores. O ensino de primeiro grau (os antigos primários e ginásio) em 1960 era oferecido pelos estados e municípios para cerca de 7,5 milhões de alunos contra apenas 860 mil dos colégios privados. Segundo o autor (1998), neste período vinha se constituindo no Brasil um “verdadeiro espaço público”. A construção da Nação e da civilização brasileira eram valores que uniam homens e mulheres de diferentes linhas de pensamento. Entretanto, a resistência “tenaz” dos interesses dominantes ganhava força na sociedade e nos meios de comunicação. A “Revolução de 1964 impôs uma das formas possíveis de sociedade capitalista que estava em disputa na sociedade brasileira. O autoritarismo plutocrático fechou o espaço público e “abastardou a educação”, dando lugar ao entreterimento massificado, através da expansão da indústria cultural, leia-se televisão. O capitalismo brasileiro no período entre 1967 e 1979, combina a concentração de renda e a desigualdade social, com uma ampliação rápida dos padrões de consumo.

A crise mais recente do modo de produção capitalista expressa-se nos países periféricos a partir da década de 80, envolvendo uma série de transformações econômicas, sociais e políticas, tendo como cenário o processo de globalização e de reestruturação produtiva. Há, então, uma renovação das estratégias capitalistas para a sua sobrevivência, que implica na produção de diferentes tecnologias de produção e de gestão.

3.3 OS NOVOS MODELOS DE GESTÃO

A Reforma do aparelho de Estado no Brasil trouxe, para o interior das estruturas administrativas estatais, por meio de um jogo estratégico de táticas de governo, os saberes e técnicas consolidadas no mundo empresarial capitalista. No setor estatal se constróem mecanismos que engendram saberes e práticas destinadas à qualificação e procedimentos de controle institucional da ação dos indivíduos cujo trabalho é a regulação e controle dos demais indivíduos da sociedade. Para governar a população é preciso que o Estado governe-se a si próprio.

Ao longo do século XX, em países como o Brasil, a tentativa de construção de uma burocracia pública se deu sob a lógica do autoritarismo, ao mesmo tempo, em que o aparelho do Estado que se estruturava observava mais a perspectiva de acomodação dos interesses das classes dominantes do que um projeto de desenvolvimento, de institucionalização da democracia ou da promoção da cidadania, tendo como resultante uma burocratização incompleta, associada ao elevado grau de patrimonialismo e clientelização dos espaços públicos. O processo que emerge da segunda metade da década de 1980 passa a utilizar uma nova retórica e no discurso oficial há uma valorização das expressões “controle social”, “cidadão-usuário”, “desempenho”, “eficiência”. O cidadão de direito é colocado agora no lugar de cliente.

O New Public Management (LIMANA, 2002) constituiu-se na referência teórica do paradigma gerencialista hegemônico que inspirou os programas nacionais de Reforma Administrativa. A sua concepção está expressa nas premissas da “Nova Gerência Pública”, movimento de reformas da administração pública iniciado em 1984, na Nova Zelândia, e adotado, em toda a extensão, a

partir de 1986 no Reino Unido, EUA, México, Itália, Suécia, Holanda, Austrália, Argentina e Brasil, embora com variantes nos programas de cada país. Trata-se de uma flexibilização do direito administrativo e de suas regras gerais, visando afastar as diferenciações entre o setor público e o setor privado, dar maior capacidade de gestão aos administradores públicos, reduzir as prerrogativas dos servidores públicos, desregulamentando seus direitos, enfim, busca a abertura de espaço à introdução de instrumentos gerenciais e contratuais em lugar do império da lei e da relação hierárquica típica daquele regime. Tem por princípios gerais a ênfase na eficiência e na elevação da performance, a introdução de mecanismos de mercado na gestão pública, a orientação por resultados, a descentralização dos controles gerenciais no sentido de maior autonomia, responsabilização e flexibilização de procedimentos, bem como uma importante distinção entre as funções de formulação e implementação das políticas públicas.

O novo paradigma aderiu a uma lógica pós-burocrática na qual são preferidas estruturas descentralizadas de gestão. Modelos flexíveis de gestão operando em ambientes competitivos são os tipos ideais do paradigma gerencialista. Por fim, a cultura burocrática dos controles e meios deveria ser substituída por uma cultura gerencial voltada para os resultados, onde os gestores públicos operariam com mais autonomia, menos controles burocráticos, e maior atenção aos resultados. O padrão de accountability⁸ por controles deveria ser progressivamente substituído pela accountability de resultados.

De acordo com Álvaro Merlo (2004, p.362), estas novas formas de gestão,

[...] transformaram a organização e a administração do trabalho no serviço público, uma vez que passaram a focar, essencialmente, a produtividade e a eficiência, em detrimento do controle e do registro privilegiado pelo modelo anterior, mais burocrático. Apesar da dedicação e polivalência exigidas pelo novo modelo, em contrapartida, não houve o estabelecimento de uma estrutura adequada para o desenvolvimento do trabalho, como boas condições de trabalho, recursos materiais, físicos e humanos suficientes, salários justos, reciclagem e ascensão profissional. Esse novo modelo de gestão do serviço público, combinado com as políticas de diminuição, descentralização e privatização do Estado, principalmente nos anos 1990, poderiam estar influenciando o estado de saúde e doença dos trabalhadores.

⁸ O termo accountability ou responsabilização é utilizado para designar a prática de prestar contas da atuação governamental através de mecanismos de controle social. Esta noção vincula-se fortemente aos princípios de Governança, constituindo-se na concepção fundante da Reforma do Estado.

Para Merlo, o Estado brasileiro construiu um modelo de gestão híbrido, incorporando aspectos do fordismo, do taylorismo e do toyotismo. Contudo, “esse ‘frankstein’ gerencial não oferece contrapartida alguma, de nenhum dos modelos, nem o salário fordista, nem a possibilidade taylorista de se crescer na carreira, tampouco a valorização e a autonomia toyotistas” (2004, p. 374).

Volnovich (1995) analisa a subjetividade nas organizações, assinalando que a subjetividade moderna não pode ser compreendida sem considerar os atuais fenômenos de reconversão econômica e de hegemonia da economia de mercado. Segundo ele, a subjetividade melancólica dos modelos estatais tem sido substituída por uma subjetividade fragmentada característica das práticas neoliberais. A incerteza sobre o futuro da estabilidade no emprego público, a desvalorização do servidor público, a baixa remuneração, e tantos outros fantasmas que rondam o setor público-estatal estão produzindo mudanças no processo de subjetivação destes trabalhadores.

A flexibilidade, conforme análise de Sennett (2000) tornou-se um imperativo organizacional, estética e politicamente correto. As imagens que revelam agilidade, adaptação e leveza são valorizadas socialmente, ao contrário, a forma dura, rígida, pesada, que lembra gordura, sobras está associada a um padrão obsoleto, antiquado e que não condiz com as exigências voláteis da sociedade.

As críticas feitas ao serviço público inserem-se neste contexto, pois as imagens sobre o trabalho realizado na máquina pública evocam burocracia, lentidão, morosidade, rotina, estrutura pesada, estabilidade no emprego. Cenário que está na contramão da história de um tempo flexível, ágil, mutante, veloz, enxuto.

Como o presente estudo trata de instituições de ensino profissional propõe-se agora uma análise para entender a função da escola no contexto contemporâneo.

3.4 A ESCOLA COMO UMA TECNOLOGIA DE GOVERNO

O nascimento da escola está inserido no contexto da nova racionalidade governamental do século XVII, constituindo-se em uma tecnologia de governo dos estados nacionais que se multiplicaram por todo o ocidente ao longo da

modernidade. A gerência destes territórios e de suas populações só se fez possível com a multiplicação de domínios de poder exercidos por especialistas ao nível de uma microfísica de relações de força – governo da economia, segurança interna e externa, bem estar social, disciplina moral, etc. Neste contexto, identificamos o nascimento da escola como um dos meios encontrado pelo Estado para o treinamento moral de sua população.

A escola se tornou, então, tal como já havia acontecido aos hospitais e prisões ao longo do século XIX, lugar privilegiado de (re)produção de saber sobre o homem. Produzindo sujeitos, ela também, e ao mesmo tempo, produzia verdades sobre eles. Mais do que lugar de aplicação dos conhecimentos sobre este sujeito, a escola é também um lugar de produção deste sujeito.

À medida que se multiplicaram as tecnologias de produção e o mercado passou a exigir mais do que corpos dóceis como requisito de empregabilidade, foi agregado ao treinamento moral um conjunto de saberes necessários à profissionalização dos cidadãos.

A escola deve ser pensada, sobretudo, como o lugar em que subjetividades são produzidas e o são de acordo com o regime de verdades existente na sociedade em questão.

3.5 BREVES ASPECTOS HISTÓRICOS DO ENSINO TÉCNICO

O ensino técnico profissional no Brasil tem sua história marcada por uma concepção dualista/separatista que remonta ao Império, onde aos cegos, surdos e aleijados, num primeiro momento, incorporando-se depois os menores carentes, era destinado um ensino profissionalizante, com o sentido de ofertar-lhes, como uma benesse do Estado, uma possibilidade de inclusão à força de trabalho. Anteriormente, no período colonial, não houve qualquer sistematização pedagógica ou estruturação curricular fixada, sendo os ofícios então existentes, repassados “de pai para filho”, sempre nas camadas mais pobres da sociedade. Trabalho manual era sinônimo de trabalho escravo, tendo, portanto, um caráter segregacionista, que depois assume aspectos correcionais. Já em 1837, o Arsenal da Marinha da Corte recebia menores abandonados para serem profissionalizados e, portanto “úteis à nação”, preocupação esta que vem a se repetir em 1885, com a criação da Escola

de Santa Cruz, por D. Pedro II, que tinha como finalidade profissionalizar os filhos dos ex-escravos da Corte. Na primeira república, o trabalho manual aparece como solução para diferentes problemas que afligiam a nação, como justifica o presidente Venceslau Brás, em citação de Machado (1989):

A criminalidade aumenta; a vagabundagem campeia; o alcoolismo ceifa, cada vez mais, maior número de infelizes, porque em regra, não tendo as pobres vítimas um caráter bem formado e nem preparo para superar as dificuldades da existência, tornando-se vencidos em plena mocidade e se atiram à embriaguez e ao crime. [...] Dê-se, porém, outra feição às escolas primárias e às secundárias, tendo-se em vista que a escola não é apenas um centro de instrução, mas também de educação e para esse fim o trabalho manual é a mais segura base [...].

As Escolas de Aprendizes e Artífices, criadas em 1909, através do Decreto nº 7.566, são consideradas o marco inaugural do ensino técnico profissional no país, tendo um objetivo muito mais social do que técnico. A criação dessas escolas, que possuíam um caráter terminal e não se articulavam com os demais graus de ensino, formaliza a dualidade estrutural, que perdura até os dias atuais, conforme se pode perceber no Decreto que as institui:

Considerando: que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência; que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime; que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à Nação (Decreto Lei nº. 7.566 de 23 de setembro de 1909).

O ensino propedêutico, por sua vez, mantinha-se reservado àqueles indivíduos destinados a dirigir os rumos da nação e com possibilidades de continuar seus estudos em grau superior. Esse grupo privilegiado, merecedor de uma formação geral, passa a representar a minoria pensante de intelectuais que tem acesso à literatura, à arte, à sensibilidade crítica e demais manifestações culturais.

Essa concepção dualista vai prevalecer até a Revolução de 30, quando a educação passa a assumir um papel relevante na implementação da "missão pedagógica" do Estado no período do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, sendo considerada um ,

veículo privilegiado no que se refere à introdução de novos valores e modelagem de condutas (...) para transformar a identidade nacional de caráter individualista em identidade nacional coletiva, considerada

elemento constitutivo primordial da política de massas introduzida no período (CAPELATO, 1998, p. 211-212).

A disseminação da cultura oficial é tão marcante nesta época em que esteve à frente do Ministério (1934 e 1945) que recebeu a denominação de "tempos Capanema". As determinações do Estado são consolidadas através da reforma educacional implementada por Capanema a partir de 1942, com as Leis Orgânicas de Ensino. As medidas referentes ao ensino técnico profissional, de uma forma geral, encobrem os reais interesses das classes empresariais, que encontram no Estado a sustentação dos seus interesses mediante a política educacional voltada para a formação da força de trabalho, necessária à manutenção do capital. São os interesses maiores dos setores privados da economia os beneficiados efetivamente com as medidas legislativas.

Assim, as escolas técnicas vão ser as escolas dos filhos dos outros, ou melhor, a única via de ascensão permitida ao operário. Que essa via é falsa e se revela um beco sem saída, está implícito na especificidade dessa escola. Sendo de nível médio ela não habilita seus egressos a cursarem escolas de nível superior. Criou-se a dualidade do sistema educacional que, além de reproduzir a força de trabalho para o processo produtivo, garante a consolidação e reprodução de uma sociedade de classes, mais nitidamente configurada que no período anterior (FREITAG, 1980, p.53).

A primeira LDB (Lei 4.024/61) e a Lei que instituiu a obrigatoriedade da profissionalização em nível de segundo grau (Lei 5.692/71), no período do Regime Militar, evidenciaram o distanciamento entre o ensino para a elite e o ensino para a maioria da população. Ambas traduzem um ideário marcadamente capitalista e privilegiam a cultura elitista, tendo se legitimado em momentos em que os Acordos de Cooperação Técnica com os EUA (Acordo MEC-Usaid) ditavam os padrões a serem seguidos. A Lei 7.044/82, que revoga a obrigatoriedade da profissionalização, em nada altera o ideário adotado.

Após a promulgação da Carta Constitucional de 1988, e do processo de discussões que a originou, educadores organizados nos movimentos sociais, objetivando a elaboração de uma política nacional que garantisse, dentre outras coisas, uma formação cidadã, em todos os níveis, sem dualidades e discriminações, bem como a definição de uma política de formação e valorização do magistério, constituíram o Fórum em Defesa da Escola Pública. Este Fórum garantiu a realização de inúmeros eventos - seminários, congressos, debates, audiências públicas etc. - e acompanhou as discussões, no âmbito do Congresso

Nacional, do projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tentando garantir o atendimento das principais reivindicações (Cf. Soares, 1999). No entanto, um outro projeto, que desconheceu o acúmulo de discussões, terminou por ser transformado em Lei nº 9.394/96, a nova LDB, que reforça mais uma vez a dicotomia entre o ensino propedêutico e o ensino profissional, além de abrir espaços para uma legislação complementar que retroage no tempo e busca inspiração na já mencionada Reforma Capanema.

Na década de 90, outro "acordo", agora envolvendo o Banco Mundial, apresenta novas formulações para a educação profissional tendo em vista as transformações da sociedade capitalista.

3.6 A REFORMA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

As mudanças estruturais do capitalismo contemporâneo impuseram um movimento de reformas institucionais também na esfera da educação brasileira. Na segunda metade dos anos 90, uma série de transformações paradigmáticas desta nova racionalidade ocorreu na educação através da reforma curricular, realizada em todos os níveis e modalidades e a reforma no financiamento educacional articulado com a política avaliativa do Sistema Nacional de Avaliação, dentre outras ações. Tais medidas visam à rearticulação das esferas pública e privada, que resultam dos deslocamentos do capital no processo de universalização do capitalismo.

No campo da educação profissional, um conjunto de medidas legais do governo federal compõe, igualmente, o projeto de reforma nesta área visando estabelecer uma rede própria, separada da rede regular da educação básica, acompanhada de uma nova organização curricular com objetivo de adequar a formação às tendências do mundo do trabalho.

O diagnóstico que constitui a base de argumentação para definição do novo perfil do trabalhador e do conteúdo da nova educação profissional diz que “um novo paradigma tecnológico e um novo padrão industrial estão em construção no sistema capitalista, desde os anos 80, em resposta à crise sistêmica que ainda perdura...” (KIRSCHNER, 1993 e BRASIL. MEC/MCT/MTb, 1995).

A flexibilização da educação profissional era apresentada como um dos princípios norteadores da reforma. Em termos organizativos, essa flexibilidade se concretizaria na possibilidade de criação, alteração e extinção de cursos, e na alocação de vagas segundo as demandas da esfera produtiva. Em termos curriculares, a flexibilidade seria expressa na modularização dos cursos e viabilização de diferentes itinerários formativos, e de outro lado, numa formação orientada para um perfil técnico também flexível, capaz de adaptar-se a novas exigências de qualificação.

A aproximação entre ensino técnico e empresas, tanto na gestão quanto na reorientação dos currículos, era justificada no discurso governamental segundo uma lógica que atribuía às empresas ou às pesquisas de mercado a capacidade de orientar as decisões sobre os currículos e ofertas de vagas.

O novo paradigma pedagógico proposto nos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico, passa a ter o foco na aprendizagem e na constituição de competências em contraposição ao paradigma tradicional de acumulação de conhecimentos. A metodologia decorrente desta concepção estaria orientada para o processo de trabalho do sujeito que aprende. As competências, segundo os Referenciais Curriculares, são “saberes articulados e mobilizados através de esquemas mentais” e as habilidades “permitem que essas competências sejam colocadas em ação em realizações eficientes e eficazes” (BRASIL. MEC, 2000^a, p.26-8).

Podemos encontrar na Reforma da Educação Profissional as mesmas noções e intenções presentes na Reforma Administrativa do Estado. A referência ao mercado tomado como uma realidade dada e onipresente, a flexibilidade, a competência associada à eficiência, a tentativa de senaização das escolas técnicas públicas através da transposição da experiência das agências de preparação de mão-de-obra vinculadas às empresas privadas compõem a nova racionalidade governamental.

4 O PERCURSO DA PESQUISADORA E DA PESQUISA

Essa pesquisa toma como referência dois eixos para sua análise: o primeiro atualiza as estratégias adotadas pela governamentalidade contemporânea com a progressiva introdução no serviço público da lógica e dos mecanismos presentes na esfera produtiva privada buscando a normalização de sujeitos e instituições a esta nova racionalidade política. O segundo eixo trata dos efeitos das medidas reformistas nos processos de subjetivação dos trabalhadores, ou seja, compreender como estes novos saberes e técnicas intervêm nas trajetórias de vida e de trabalho.

Procuramos compreender o papel da Reforma do Estado como dispositivo nas estratégias adotadas pela governamentalidade contemporânea, uma vez que o trabalho educacional é modelado e modulado por certos mecanismos da racionalidade reguladora estatal.

Benites, ao discutir o trabalho burocrático, propõe assumir “o trabalho enquanto agenciamento concreto [que] não produz somente a objetivação do trabalhador (por meio de zonas de enunciação e visibilidade e de correlações de força precárias e instáveis), mas também atua ao moldar e modular formas de subjetivação, ao produzir uma “dobra”⁹ (2004, p.290). Acredita existir um nexo entre o controle e a regulação da vida dos indivíduos na atividade dos trabalhadores do serviço público e as práticas exercidas por esses mesmos trabalhadores sobre si como forma de prender o trabalhador à sua própria identidade. O exercício do governo de si seria condição para o exercício do governo dos outros. A subjetivação, no caso do serviço público escolar, aproximaria-se da sujeição, ao conjunto de normas e conteúdos que fazem deste trabalho um mecanismo de segurança estratégico para o exercício do governo da população e estratégico na produção de um sujeito moralmente “apegado” à sua identidade de trabalhador no serviço público.

A Reforma do Estado como um dispositivo engendrou um conjunto de procedimentos e de saberes considerados úteis para a conformação de sujeitos e

⁹ O conceito de dobra é utilizado por Deleuze como uma membrana, uma prega que ao vergar às forças externas, produz a interioridade. Esta concepção rompe com a tradicional oposição objetivo-subjetivo, tão enraizada nas ciências sociais. Para o autor, não haveria simplesmente uma interiorização da exterioridade, mas em uma analogia à fisiologia, movimentos peristálticos nos quais o lado de fora é vergado para dentro, sendo também coextensivo.

de instituições adequados às necessidades contemporâneas, no nosso caso orientado aos trabalhadores das escolas e aos futuros trabalhadores que estão sendo formados por estas instituições. Ou seja, este conjunto de procedimentos e saberes da lógica privada, implantados no setor público-estatal como garantia de eficiência e qualidade, são os mesmos que estão nos currículos dos cursos técnicos, agora também reformados e atualizados para a (con)formação do novo sujeito trabalhador.

Recortamos os seguintes elementos para análise presentes no contexto do capitalismo contemporâneo e que foram utilizados como justificativas e alvos da Reforma do Estado:

- A estabilidade do trabalhador no emprego público;
- A ineficiência do serviço público e a precarização do trabalho;
- A implantação do modelo de gestão gerencial por meio da Reforma Administrativa no Estado do Rio Grande do Sul;
- A compreensão da Reforma do Estado por parte dos entrevistados;
- A reforma na educação profissional e a formação dos novos sujeitos empreendedores.

4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A realização desta pesquisa teve início no ano de 2006 através do contato com as duas Instituições visando à autorização para a realização das entrevistas. Na Escola 1, o Diretor, que também é professor da outra escola que integra o campo empírico da pesquisa, nos auxiliou sugerindo os professores e funcionários que poderiam ser entrevistados. Foi encontrada uma certa dificuldade em função do critério temporal, pois há uma rotatividade maior na escola 1 e, também, muitos professores em contrato de emergência. Na Escola 2, os servidores foram convidados pessoalmente/diretamente para participar da pesquisa.

A configuração final dos participantes da pesquisa foi definida em razão das contingências do próprio campo. A escolha dos entrevistados obedeceu a dois critérios fundamentalmente: o primeiro era constituir a amostra com funcionários e

professores das escolas e o segundo observar o período de ingresso. Tivemos assim, dois funcionários e dois professores, sendo o quinto aposentado. Uma parte ingressou na escola em meados da década de 70 e a outra parte a partir do final da década de 80. Na apresentação dos entrevistados, percebemos que alguns ingressaram na educação pública e não na escola estudada, o que acreditamos não ter comprometido os objetivos do trabalho. Embora tenha havido algumas dificuldades para a realização das entrevistas, cabe destacar que a maioria das pessoas contatadas colocou-se prontamente a disposição em colaborar com a pesquisa. Outro aspecto que deve ser mencionado, diz respeito a questões de ordem hierárquica, pois na Escola 1 houve um contato pessoal do Diretor com os professores e funcionários sugerindo a participação dos mesmos e nos casos em que o pesquisador fez o contato, foi orientado pelo Diretor para que a entrevistadora fizesse referência a sua indicação. Já na outra escola, ainda que no contato em que era feito o convite ao professor ou funcionário era esclarecido pela pesquisadora o seu papel no momento da pesquisa, o de servidora, o fato de estar ocupando atualmente a função de Diretor da Escola não pode ser desconsiderado. Cabe explicitar que a pesquisadora trabalha em uma das instituições há mais de uma década, tendo acesso a documentos, discussões e mudanças que acompanham as instituições públicas de educação profissional. A pesquisadora está, portanto, imersa no campo da pesquisa, conforme discutido na introdução. Esta posição certamente teve influência na análise e na relação com os entrevistados, sugerindo uma referência à noção de implicação:

A implicação é concebida em ligação com o implícito do texto, o que não designa necessariamente o inconsciente ou o escondido, mas sobretudo, segundo meu ponto de vista, os níveis ou modos de escritura recomendados, autorizados ou proibidos pela instituição. O implícito é, por exemplo, o intertexto ronronante das relações de pesquisa sociológica sob contrato, esse jargão, essa citação infinita, esse sistema de referência fechado como uma ostra; em suma, um certo tom, uma certa maneira de dar o nó na gravata da escritura, uma musiquinha sem palavras... Analisar tal intertexto já é compreender o implícito das relações com o objeto, com a encomenda social, com a instituição (ALTOÉ, 2004, p.252).

A análise de implicação não pretende abordar a longa trajetória do debate científico sobre a questão da neutralidade, porque a abordagem teórico-metodológica utilizada na pesquisa deixa claro o posicionamento da pesquisadora sobre as importantes categorias conceituais envolvidas nesta problemática.

A condição de servidora de uma das instituições estudadas insere fortemente a pesquisadora no contexto histórico analisado. O fato de estar exercendo o mandato de Diretora Executiva talvez tenha contribuído para a realização da pesquisa, permitindo uma determinada configuração dos entrevistados que poderia não ser a mesma caso a pesquisadora estivesse no seu cargo de Psicóloga e Professora. Assim, a resposta negativa de alguns em relação à participação na pesquisa pode ser considerada paradigmática de um ambiente institucional com mais liberdade. Na instituição pública os trabalhadores podem se manifestar e expressar as suas opiniões sem o medo de represálias e demissões, com exceção de alguns momentos na história da educação no Estado em que instalou-se um clima de maior restrição democrática. Outro aspecto a ser destacado, refere-se à condição de diretora eleita pela comunidade escolar, o que confere igualmente uma relação de maior identificação e confiança. Também o fato da pesquisadora ser psicóloga permitiu igualmente uma relação de confiança para a realização das entrevistas, onde os entrevistados eram convidados a falar das suas vidas e dos seus trabalhos. Por último, retomando o que foi mencionado na definição de implicação, a escritura foi produzida sem interdições institucionais.

Penso que o desafio desta pesquisa era conseguir justamente o que Foucault aborda na epígrafe da minha dissertação, ou seja, produzir deslocamentos no pensamento, conseguir entender ou pensar diferentemente do que pensava antes de iniciar o trabalho.

A análise de alguns documentos foi incluída no corpus da pesquisa, particularmente matérias de jornais e revistas da região e do Estado. Foram realizadas dez entrevistas, sendo cinco de cada instituição, assim distribuídos por escola: dois funcionários, dois professores e um professor aposentado.

Os participantes da pesquisa apresentam as seguintes características:

- Ada¹⁰ funcionária aposentada, natural de Canoas, casada, 03 filhos, filha de pai comerciante e, a sua mãe, costurava para uma loja. Iniciou trabalhando no comércio e depois entrou na escola, onde ficou 22 anos. Trabalhou na secretaria da escola a maior parte do tempo, mas também esteve um tempo na área de estágios, na supervisão e deu aula de Moral

¹⁰ Os entrevistados serão referidos segundo nomes fictícios de modo a preservar sua identidade.

e Cívica e OSPB. Está aposentada, mas continua trabalhando em um projeto de alfabetização de adultos.

- Paulo, 51 anos, professor exercendo atividades na secretaria da escola, natural de Uruguaiana, casado, 04 filhos, seu pai era fiscal da Receita Federal. Foi militar, fuzileiro naval durante quatro anos no Estado do Rio de Janeiro. Depois foi para São Paulo e lá trabalhou em grandes indústrias. Veio para o Rio Grande do Sul e começou a trabalhar no comércio, voltou para a indústria e neste período fez o curso de História, ingressando no Estado em 1990. Foi professor em escolas de Portão, de Novo Hamburgo e então, no ano de 1992, entrou na Escola 1. Lecionou a disciplina de informática e depois passou para a Secretaria da Escola, onde está até hoje.
- Sonia, 60 anos, natural de São Leopoldo, filha de pai industrialista e mãe dona de casa, casada, 01 filho, professora, aposentada. Fez o curso de Letras-Ingês e Português, especialização em língua inglesa, ingressando no Magistério em 1974 na Escola X, depois foi para outra escola estadual em São Leopoldo lecionando em várias escolas públicas e privadas. Começou a trabalhar na Escola 1 em 1985, onde permaneceu durante 11 anos, até se aposentar, em 1996. Atuou em uma escola privada depois que se aposentou e atualmente dá aulas particulares, quando eventualmente procurada.
- Rogério, 55 anos, professor, casado, 02 filhos. Fez o curso de Educação Física em uma Universidade Pública e começou a trabalhar no Estado em 1972, formando-se em 1973. Trabalhou em várias escolas públicas e também particulares, assim como em diferentes municípios. No início da sua atividade profissional atuou como docente na Escola 1, depois saiu e há 14 anos voltou para a escola. Possui também um pequeno estabelecimento comercial.
- Francisco, 57 anos, professor, eletrotécnico, natural de São Leopoldo, o pai trabalhava em uma serralheria e a mãe era dona de casa. Casado, 02

filhos. Foi aluno da escola nos anos 70, nas primeiras turmas, e trabalha desde então como docente. Atuou em empresas, leciona também nas escolas de uma rede particular, vinculada às empresas, e na Escola 1. Adora dar aulas e, com 14 anos, fez um curso no Senai. É um dos professores mais antigos da escola e não pensa em parar as atividades. Faltam poucos anos para se aposentar, porém não consegue se imaginar sem dar aulas. Pensa em continuar mantendo alguma relação com as escolas.

- Ricardo, 67 anos, estudou até o ginásio, motorista, natural de Porto Alegre. O pai era da Polícia Civil e a mãe dona de casa. É casado e tem, 02 filhos. Trabalhou no exército, em uma firma de engarrafamento e depois ingressou na Escola 2. É um dos funcionários mais antigos da Instituição. Não pensa em aposentadoria, adora o seu trabalho.
- Bento, 71 anos, professor, natural de Santa Cruz do Sul, filho de agricultores, casado, 02 filhos. Saiu de casa para estudar em uma época em que isto não era muito comum. Seus pais não aprovaram a sua atitude, mas ele sabia que precisava sair para ter acesso aos estudos, que era o que queria. Fez o curso de física, trabalhou em escolas públicas, técnicas e de ensino médio, universidades e ingressou na Escola 2 em 1971;
- Tânia, 55 anos, Química, professora, natural de Novo Hamburgo, filha de pai mecânico de oficina e motorista de caminhão e a sua mãe costurava sapatos, solteira. Foi ex-aluna e iniciou na Escola 2 como auxiliar de ensino em 1971. Depois fez concurso para professor, já atuou em empresas, deu aula em escolas estaduais e particulares. Está se preparando para a aposentadoria;
- Flávia, 43 anos, terceiro grau incompleto, agente administrativo III, natural de São Leopoldo, o pai metalúrgico e mãe dona de casa, casada, 01 filho. Já trabalhou em um clube esportivo e no sindicato dos metalúrgicos, como secretária. Fez o concurso para agente administrativo na Escola 2 em 1990, onde está até hoje. Pensa em buscar outra alternativa

profissional, talvez na área imobiliária, através de um curso de corretor de imóveis. Fazia o curso superior de quiropraxia, porém queria uma qualificação mais rápida e que lhe desse retorno econômico;

- Caio, 50 anos, engenheiro e professor, natural de Augusto Pestana, filho de pai farmacêutico e mãe professora, casado, 02 filhos. Já atuou em empresas privadas, escolas públicas e particulares. Atualmente trabalha na Escola 2 e em uma Universidade Particular. Ingressou na Escola 2 em 1990 e esteve fora do país para fazer um curso de pós-graduação.

4.2 AS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO

As duas instituições pesquisadas foram criadas na década de 60, período marcado por um processo de recuperação e reestruturação da economia gaúcha, que até então apresentava uma participação contrastante com a expansão acelerada da indústria no centro do país.

No início dos anos 70, a indústria gaúcha caracterizou-se por um crescimento acelerado em diversos setores produtivos. Também nesta época, em Novo Hamburgo e São Leopoldo, municípios da região denominada de Vale dos Sinos e onde estão localizadas as duas escolas do nosso estudo, se constituíram parques industriais diversificados, abrangendo os ramos de metalurgia, mecânica, borracha e produtos de matéria plástica. A Região do Vale dos Sinos era comparada ao ABC Paulista pela grande concentração de indústrias e trabalhadores, constituindo igualmente um movimento sindical forte.

Entretanto, apesar do crescimento industrial no Estado, esta mesma época é marcada pelo início do processo de deterioração da educação. Esta situação é confirmada pelo decréscimo na participação do orçamento investido em educação na despesa total orçamentária estadual. Em 1978, o percentual da despesa total era de 21,4%, chegando em 1998 a 9,52% (RIO GRANDE DO SUL, apud CARDOSO, 2002, p.87), ao passo que o número de matrículas quintuplicou neste mesmo período. Podemos identificar em alguns relatos dos entrevistados a

situação das escolas públicas no início da década de 70, considerada ainda na sua época áurea:

Olha, eu tive o privilégio de trabalhar em escola pública na época do auge das escolas públicas. Comecei em 1974, na Escola X e depois vim para o Colégio Y, na Scharlau. Todas essas escolas viviam sua época de auge. Todas estavam bem preparadas, com ótimas equipes de professores. Nos não dispúnhamos de tecnologia, quando muito um retroprojeter. Passávamos nossas provas no mimeógrafo. Mas era muito gratificante, porque tudo funcionava [...]. Acredito que atualmente nenhum professor tem condições e nem boa vontade pra fazer esse tipo de trabalho fora de sua carga horária sem ganhar nada. O salário está tão defasado, o professor ganha tão pouco, precisa se desdobrar em várias escolas...então acho que ele não tem mais nem tempo (Professora Sonia).

Na época era valorizado o professor. Até então era valorizado relativamente muito bem ainda, tá? Tanto financeiramente, até porque na relação que eu faço agora, com 12 horas, eu conseguiria viver mais do que 40 horas. Era uma alternativa boa. Até quando eu tinha 12 horas eu me mantinha. Eu ia pra Porto Alegre, pagava a minha alimentação e transporte. A Ufrgs era gratuita né? Mas tinha a caixinha. A locomoção eu conseguia me sustentar, conseguia almoçar, conseguia jantar, conseguia me vestir, conseguia deixar um dinheiro em casa, conseguia guardar um dinheirinho pra comprar um carrinho usado. Hoje com 40 horas não se consegue nem a base de alimentação e transporte (Professor Rogério).

A rede de ensino público estadual começou a enfrentar a falta de recursos e o achatamento salarial dos professores e funcionários. Nas escolas técnicas, o quadro era ainda mais grave, porque o custo do ensino técnico é maior comparativamente ao ensino fundamental e médio. São necessários recursos para a aquisição, manutenção e atualização de equipamentos, assim como, para a compra de insumos para os laboratórios e oficinas, custo que inexistia nas escolas de ensino médio.

A década de 80 ficou marcada pelas gigantescas assembléias, passeatas, acampamentos e as longas greves do magistério gaúcho. Período este que deu início a um quadro de perda salarial que não seria mais recuperada pela categoria.

Na Escola 2 a situação mostrava-se igualmente insustentável, pois muitos professores vinham de outros municípios para lecionar, onerando o seu deslocamento. E mais, alguns docentes eram profissionais, cuja formação lhes dava a possibilidade de trabalhar na iniciativa privada, ganhando melhores salários. A saída de vários servidores naquela época foi referida, conforme depoimentos que seguem:

[...] em 87 passamos por maus momentos, financeiramente até houve uma debandada muito grande, nós quase estávamos pagando para trabalhar (Funcionário Ricardo)

Em 1987, quando tinha mudado o Governador, passou a ser o Governador Simon na época e a Escola 2 tinha passado por uma situação difícil no ano anterior, quando o salário do grupo de servidores estava muito rebaixado, muito aquém do que devia. Então houve muitas demissões no ano anterior e precisavam urgentemente de mais pessoas pra compor o quadro de servidores [fala do período em que ingressou na instituição] (Funcionária Flávia).

Nesta época, pela primeira vez na história da Escola 2, havia uma direção eleita pela comunidade escolar, através de um processo eleitoral que apresentava uma lista tríplice com os três candidatos mais votados. Esta lista era corroborada pelo Conselho Técnico Deliberativo que a encaminhava para o Governador do Estado designar o Diretor Executivo. A conquista do processo eleitoral foi resultado de uma intensa mobilização interna dos professores, funcionários e alunos, com o objetivo de garantir uma escolha democrática, substituindo o processo que estava em vigor desde a criação da Escola 2, onde o Diretor era indicado pelo Governador do Estado. O primeiro Diretor eleito tinha um bom relacionamento político com o Governo do Estado, conseguindo estabelecer uma negociação para enfrentar as questões salariais e de investimentos. O resultado foi considerado positivo pelos servidores, contribuindo para que não houvesse mais saídas de pessoal e gerando também um grande número de inscritos nos processos seletivos da Instituição, devido aos salários pagos a partir de então.

Além das questões salariais, teve início nos anos de 87 e 88 a discussão e elaboração de um Projeto para o ensino técnico no Estado, envolvendo a Escola 2 e a Secretaria Estadual da Educação. Iremos nos deter, ainda que brevemente, no Projeto de Reorientação de Ensino Industrial para o Estado, conhecido como Projeto Piloto, para compreender os depoimentos dos entrevistados, especialmente da Escola 1, uma vez que fazem, nas suas falas, referências importantes ao projeto e também porque significou melhorias no quadro de pessoal e de investimentos nas escolas, conforme manifestado pela entrevistada:

“Teve uma época que teve aqui dentro um projeto da Escola 2, o que fez a Escola levar bastante vantagem em termos de aperfeiçoamento, qualidade, manutenção. Tudo isso foi muito bom para a escola”
(Funcionária Ada)

O Projeto foi implantado em 1990, último ano do governo Pedro Simon, em cinco escolas técnicas estaduais que foram escolhidas levando em conta a situação geoeconômica, a proximidade entre as escolas e o desejo de participação das mesmas. As escolas estavam situadas nos municípios de Caxias do Sul,

Taquara, Portão, Montenegro e São Leopoldo, sendo a escola 1 integrante do projeto. O projeto envolvia convênios, acordos e contratos para a formação de recursos humanos de disciplinas técnicas, o aperfeiçoamento de professores, contratação de professores e funcionários, aquisição de equipamentos, matéria prima, material de consumo, obras e instalações necessárias. Para o desenvolvimento do projeto eram destinados recursos financeiros à Escola 2, que gerenciava a sua execução. Um dos convênios do Projeto era o Esquema II, dirigido a candidatos egressos do 2º Grau, nas áreas de Eletrônica, Mecânica e Eletrotécnica, que buscava suprir a necessidade da formação de professores para o ensino técnico industrial. Este convênio envolvia também uma Universidade da região e era financiado pelo Governo do Estado, sem custo para os candidatos.

O grande problema apontado no Projeto Piloto estava relacionado com a questão salarial, pois os professores e os funcionários contratados para o Projeto passavam a trabalhar nas escolas técnicas estaduais, ganhando o mesmo salário pago aos servidores da Escola 2, portanto, superior aos dos colegas que desenvolviam as mesmas atividades, utilizando os mesmos espaços pedagógicos, os mesmos recursos e recebendo o salário pago para o magistério estadual.

Reproduziremos uma citação, extraída da tese de doutorado sobre “A Reforma do Ensino Técnico Segundo os Professores: Adaptações e Resistências em Duas Escolas Técnicas Industriais Gaúchas”, onde é apresentada uma síntese sobre a experiência do Projeto Piloto:

Em 1989, a escola recebeu, como outras escolas técnicas estaduais, professores contratados através de convenio entre a Secretaria de Educação e a ‘Escola 2’, (...), uma iniciativa do Governo Simon. Alguns deles eram também professores da rede estadual. Num quadro de deterioração do ensino público, do qual a ‘Escola 2’ estava relativamente preservada, essas contratações – acompanhadas do envio de alguns novos equipamentos – deveriam cumprir o papel da difusão de um modelo de ensino técnico, ou talvez, da preparação para a transformação das escolas em fundações. O convívio entre professores que desempenhavam as mesmas tarefas, mas eram contratados segundo regimes e com salários bem diferentes foi, entretanto, fonte de conflito interno (BURIGO, 2005, p. 114).

Reconstituímos brevemente o cenário que antecede o período de implantação da Reforma do Estado no Rio Grande do Sul, noticiada nos jornais da

seguinte forma “Reforma Administrativa é fulminante” (Correio do Povo, 17/11/91) porque nos ajuda a compreender os textos e os contextos do nosso campo empírico.

4.3 REFORMA ADMINISTRATIVA FULMINANTE NO ESTADO

O novo Governador do Estado, que propôs tal reforma fulminante, toma posse num cenário de dificuldade econômica, prenunciado no editorial do principal jornal do Estado, em outubro de 1990, que, através da manchete “O Estado aperta o cinto”, diz que “O Governo do Estado começa a despertar para uma realidade inquietante. As receitas deixaram de entrar nas áreas do erário nas generosas proporções dos últimos exercícios” (Jornal Zero Hora).

O novo Governo do Estado que assumia propunha uma Reforma Administrativa com o objetivo de “recompôr a relação de debilidade entre a sociedade e o Estado”, conforme as palavras do criador da reforma e Diretor da Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH) da época, Eduardo Dutra Aydos. Entre as ações previstas, destacava-se o corte de 20 mil servidores (através das demissões voluntárias) e principalmente a adoção de uma nova filosofia de gestão pública, com a adoção de uma concepção “empresarial”, conforme matérias veiculadas nos órgãos de imprensa do Estado. Um dos desdobramentos desta Reforma, que atingiu diretamente as instituições pesquisadas, foram a extinção do Projeto Piloto e a extinção da estrutura mantenedora da Escola 2. O Governo do Estado enviou um projeto para a Assembléia Legislativa onde propunha a extinção da mantenedora da Escola 2, transformando-a em uma escola técnica estadual, extinguindo assim a sua estrutura mantenedora que lhe assegurava uma certa autonomia e uma condição diferenciada para o desenvolvimento do trabalho. Neste período, houve uma intensa mobilização da Instituição e comunidade da região. Passeatas, abaixo assinado, manifestações nas cidades vizinhas, no brique da redenção da capital, protestos, enfim, um conjunto de ações, conforme podemos conferir em algumas das manchetes veiculadas pelos principais jornais da região e da capital: “Passeata estudantil marca o descontentamento com Collares”, “Estudantes fazem protesto contra o governo do Estado”, palavras de ordem como “Collares, ingrato, devolve a

‘Escola 2’”, “‘Escola 2’ é salva pela mobilização”, “Deputados rejeitam a extinção da ‘Escola 2’”, “Extinção da ‘Escola 2’ rejeitada na Assembléia”. A tentativa de extinção teve tamanha repercussão que o jornal Zero Hora publicou a seguinte nota no dia 21/11/91:

QUEDA-DE-BRAÇO entre Secretaria de Educação do Estado e ‘Escola 2’, de Novo Hamburgo, teve sua primeira vítima. De tanta preocupação com possível fim da fundação, o diretor Carlos ¹¹ teve enfarte e se afastou da fundação (Zero Hora, 21/11/91).

A decisão governamental de terminar com o Projeto Piloto, por sua vez, não teve resistência das instituições envolvidas a ponto de barrar esta iniciativa. Houve vozes contrárias localizadas, porém insuficientes para evitar a extinção do projeto. O ponto de maior atrito foi relativo à demissão de professores e funcionários que haviam sido admitidos através do Projeto Piloto e com a extinção seriam desligados. Vários foram demitidos e outros passaram a incorporar o quadro funcional da própria Escola 2, trabalhando a partir daquele momento nesta instituição.

Outra medida adotada nos anos 90, que está inserida no contexto da reforma, foi a instauração da prática dos contratos emergenciais, que buscava atender a falta de servidores uma vez que a demanda por vagas na escola pública aumentava crescentemente. A nova forma de contratação estava inserida nas transformações contemporâneas do capitalismo, precarizando as relações de trabalho através de um mecanismo flexível para a contratação.

Ressaltamos que a falta de pessoal foi uma das dificuldades mencionadas por todos os entrevistados da Escola 1, conforme revelam/mostram os depoimentos a seguir:

A única falta é de pessoal (...). O número de pessoas era maior porque tinha o projeto piloto da ‘Escola 2’. Quando eu cheguei éramos cinco pessoas na Secretaria, e hoje são dois (Funcionário Paulo).

É, 12 anos após eu ter ingressado no Estado ainda peguei uma fase áurea na Escola 1. Até foi uma época em que vi o Projeto Piloto, que uniu a escola 1 com a escola 2. Trabalhávamos conjuntamente com professores das duas Escolas, em perfeita união em prol do aluno e da escola. Depois, já na época em que estava saindo da Escola 1 houve um pouco de decréscimo da qualidade de educação. Por ser uma escola técnica, tínhamos falta de professores da área técnica (Professora Sonia).

¹¹ O nome do diretor é fictício para resguardar a sua identidade.

A situação do quadro funcional das escolas estudadas remete-nos à análise que propusemos sobre a possibilidade de pensar o padrão eficiência-ineficiência do serviço público estatal a partir da gestão das ilegalidades, no sentido dado por Foucault. Ou seja, a gestão dos recursos humanos nas escolas é um mecanismo de gestão de ilegalidades que se constitui em uma das finalidades do próprio Estado. Os governos não realizam concursos públicos e ainda propõem planos de demissão voluntária para dar conta dos déficits orçamentários do Estado, reduzindo assim os custos da máquina estatal. Porém, esta “solução” gerava um outro problema, que era a falta de professores e funcionários nas escolas, fazendo com que os alunos ficassem meses sem ter aulas de diversas disciplinas. O problema gerado não era de natureza econômica, sendo os seus efeitos relacionados à qualidade da educação, uma vez que não havendo aulas, não havia ensino e não havia aprendizagem. Esta situação produzia igualmente um clima geral de desânimo nas escolas, pois além do salário baixo e da falta de pessoal começava a se consolidar na sociedade a descrença com a qualidade da escola pública. Organizavam-se então formas de resistência coletiva, como as greves e paralisações, cujos resultados, do ponto de vista das reivindicações da categoria, eram praticamente nulos. Anos letivos interrompidos, planos de recuperação das aulas precários, falta de pessoal, alunos sem aula, salários baixos, enfim, formava-se um quadro na educação pública que fortalecia os enunciados constituintes do arcabouço da Reforma do Estado e das novas configurações das noções de público e privado.

Tal perspectiva de análise é válida para as duas instituições estudadas, apesar de reconhecermos as diferenças existentes entre elas no que se refere às formas de contratação de professores e funcionários. Ambas têm os seus professores e funcionários admitidos através de concurso público, sendo que a Escola 2 realiza o seu próprio processo para o ingresso na entidade, enquanto que o concurso para as escolas técnicas estaduais é elaborado e coordenado pela Secretaria Estadual de Educação que, através das Coordenadorias Regionais de Educação, administra posteriormente o atendimento das demandas das escolas. Outra diferença consiste na possibilidade de contratação emergencial, que é uma forma “legal” adotada pela Secretaria de Educação para admitir professores e funcionários com duração determinada e atribuição de carga horária estritamente

conforme as necessidades das escolas estaduais, não valendo portanto para o caso da Escola 2.

As dificuldades que envolvem o funcionamento e a manutenção das escolas são referidas nas entrevistas, porém não são apontadas com a mesma gravidade que a falta de pessoal. Talvez isso ocorra pelo fato de que as escolas consigam conviver com estas dificuldades, viabilizando o ano letivo ainda que com máquinas obsoletas ou estragadas, iluminação precária, impressora sem tinta. Tais problemas não implicam em ausência ou interrupção de aulas, como acontece quando faltam professores. Também porque alguns destes problemas foram minimizados com os recursos advindos do CPM e/ou parcerias com empresas.

Um dos entrevistados da Escola 1 que também trabalha em uma escola privada, vinculada à entidade das indústrias que mantém cursos técnicos e profissionalizantes, faz referência à facilidade com que esta empresa adquire, repõe ou renova os equipamentos ou outros insumos necessários para as máquinas e laboratórios dos cursos:

Existem duas realidades. A escola y é uma escola privada, mantida pelas empresas. Tem recursos, então não podemos nem comparar. Então, ali a estrutura é bem diferente. Nós temos material, ferramentas e maquinário na escola y e se faltar alguma coisa é só solicitar que vem (Professor Francisco).

Esta fala reproduz a naturalização de algo construído socialmente, ou seja, a existência de recursos e de estrutura que caracteriza a escola privada é apresentada como um dado que independe das ações humanas, tanto no sentido de construir um cenário com esta configuração, onde o privado tem tudo, como em uma perspectiva de poder constituir-lo de outras formas.

Há um outro aspecto importante a ser destacado nos depoimentos dos professores que já trabalharam em escolas privadas e comparam estas experiências com o trabalho que realizam nas escolas públicas, particularmente as de educação profissional, ressaltando a diferença para melhor da atividade docente desenvolvida com alunos da escola pública. Em primeiro lugar, referem-se ao fato de que os alunos que vão para a escola técnica têm um objetivo claro e por isso se comprometem com o curso, “levam a sério os estudos”. Em segundo lugar, porque os alunos são provenientes, em sua grande maioria, das camadas empobrecidas da sociedade, valorizando o acesso à educação, acrescida da oportunidade de qualificação para ingressar no mercado de trabalho e, assim, poder ajudar a sua

família e, ainda, realizar o sonho da família em ver o filho na Universidade, através do seu próprio esforço e salário. Em terceiro lugar, fazem referência aos alunos de escola particular, como sendo desrespeitosos com os professores e descomprometidos com os estudos, mas sentem-se os tais porque a escola precisa de alunos/clientes e acaba passando a mão por cima de tudo que eles fazem. Mesmo porque, diante de algum problema, os pais vão até a escola cobrar a atitude da Direção em relação a alguma eventual medida disciplinar contra os seus filhos, fazendo com que a Escola volte atrás na sua decisão para não correr o risco de perder alunos. Os alunos e as famílias, segundo os entrevistados, sempre teriam razão diante do professor e da escola. É a máxima dos Programas de Qualidade envolvendo a relação da empresa com o consumidor - “o cliente é rei” - levada à educação. No entanto, podemos evidenciar que esta máxima que integra os enunciados da Reforma do Estado não opera na escola pública, sendo questionada pelos professores, conforme ilustrado nos depoimentos a seguir:

Sobre escolas particulares, posso te dizer, por exemplo, da Escola Y, em Novo Hamburgo. Oferece uma clientela classe A. Eu simplesmente me desiludi, porque tu estás em uma escola onde tudo funciona perfeitamente bem, tem uma estrutura fantástica, mas o aluno deixa a desejar. É aquele aluno, não generalizando, que tem as costas quentes, então qualquer coisa ele diz que é filho do fulano, por exemplo. Tu não podes excluir um aluno da sala de aula, por mais que ele venha a pedir que isso aconteça. Muitos pais não aceitam que o filho não esteja correspondendo aquilo que o professor gostaria que ele fizesse. Então há, por parte da escola, uma proteçãozinha. É uma realidade que a mim não agrada. Pude, então, nessa minha trajetória, ter muitos comparativos, pois trabalhei em escola pública – diurna e noturna -, escola técnica, escola normal, escola mais elitizada, além de trabalhar com supletivo, que é uma outra realidade. Peguei alunos das mais diversas origens e situações (Professora Sonia).

Em 95, quando os aposentados saíram, eu pensei: ‘eu vou ter que dar um jeito na minha vida, não vou ficar o resto da vida na Escola 2. Quem sabe eu não experimento um outro lugar pra dar aula e me aposentar também?’. Daí no fim do ano eu fui lá, fiz a seleção e comecei a trabalhar na Escola X. E deu o PDV aqui. Pedi o PDV e fiquei dando aula lá. E daí é que foi a minha decepção total. Entrei em crise, porque aqui os nossos alunos valorizam o professor, respeitam, eles vêem no professor um amigo, uma pessoa com quem podem contar. E lá na Escola 2, claro, é diferente de quando eu era aluna. Tu é um zero à esquerda, não deu pra outra coisa e aí esta dando aula. Se eu fosse professora principiante, eu teria desistido de ser professora. Mas como eu não era... Eles não respeitavam de jeito nenhum. Tu é aquele ser que estava ali pra servir eles. Aqui, o aluno se forma e graças ao estudo, ele supera em três ou quatro vezes a situação econômica dos pais... então eles valorizam o professor, que permitiu que as condições da família mudassem. E lá não, eles aprendem as coisas em casa, com informática. Quando chegava perto de bater eles ficavam atrás da porta parados, esperando. Se tu saísse no recreio, eles abriam todas as janelas. Era uma situação tão

deprimente, tu tinha que fechar as janelas, ninguém ajudava. Então eu liguei pra coordenadora e disse que não iria mais. Ai decidi que viria pra Escola 2 e desistiria do PDV. E ai que eu vi como os alunos tinham carinho, fizeram uma festa que eu tinha desistido. Veio até o Diretor da Escola X na Escola 2, falou que eles não poderiam concorrer com a Escola 2, porque o problema não é tanto nos professores, mas nos alunos. Porque o aluno que vai pra Escola 2 sabe o que quer, o que espera. São valores que vem de família. A particular eu acho pior que a estadual (Professora Tânia).

A propósito dos Programas de Qualidade, conforme já referido na Introdução deste trabalho, tratava-se de um conjunto de práticas discursivas oriundas de outro campo social, buscando ser integradas ao universo educacional estatal como tática para redefinir a relação da população usuária dos serviços, no caso, os alunos e suas famílias com os trabalhadores das escolas para potencializar a capacidade de trabalho. A qualidade do trabalho passa a ser medida ou verificada posteriormente a partir da avaliação do nível de satisfação do cliente. Entre tantas codificações operadas por esta racionalidade, como qualidade no atendimento, trabalho em equipe, polivalência na execução das tarefas, satisfação do cliente, a noção de cliente se destaca, pois passa a ser utilizada com a finalidade de substituir um nome que faz parte da tradição pedagógica educacional, que no nosso estudo é o aluno. Porém, não se trata de uma simples troca de denominação, mas tal noção torna-se objeto de estratégias de ressignificações. Os enunciados desta formação discursiva se desterritorializam dos saberes orientados para a administração de empresas privadas e se reterritorializam no universo estatal conferindo novos atributos ao sujeito que frequenta a escola (BENITES, 2002).

Estas novas técnicas de gestão do processo de trabalho e as novas estratégias de controle dos trabalhadores introduzidas no âmbito estatal resultaram das transformações ocorridas no mundo do trabalho em nível internacional. Os Programas de Qualidade compreendiam, então, um conjunto de ações na área de treinamento, processos de trabalho e aferição do desempenho dos servidores e dos setores, buscando através da informatização, a agilidade e a modernização no atendimento e, ainda, por meio de uma série de práticas gerenciais criar uma cultura de atendimento focada na satisfação do cliente.

Neste contexto, torna-se esclarecedora a afirmação de Foucault: “As práticas discursivas não são pura e simplesmente modos de fabricação de discursos. Ganham corpo em conjuntos técnicos, em instituições, em esquemas de

comportamento, em tipos de transmissão e difusão, em formas pedagógicas, que ao mesmo tempo as impõem e as mantêm” (1997, p.12).

Apesar do esforço do Governo da época para a implantação do Programa da Qualidade no Estado, houve dificuldade na sua aplicação, conforme avaliação do seu sucessor. Para ele, o PGQP consegue ter na iniciativa privada uma resposta admirável. [...] E vai mal para dentro, porque a aplicação do programa dentro do Governo passou por algumas dificuldades que pretendemos vencer. [...] estabelecer dentro do gabinete do governador um responsável pelo Programa dentro do governo, de modo a evitar a situação atual onde, na verdade, aderiu quem quis, como se aqui fossem empresas privadas em que cada um pega se quiser. É obrigatório. Tomando como instrumento o contrato de gestão nas estatais e tomando como embrião para começar a fazer a boa fermentação, pontos focais em cada secretaria que podem ter medições minimamente objetivas.

Havia na época um forte apelo para o Programa da Qualidade, que passava de certa forma ao largo da vida cotidiana das instituições estudadas. Na área da educação havia um cenário de muito conflito entre a Secretária de Educação e a comunidade. Houve a adoção de um conjunto de medidas que teve efeitos significativos no cotidiano das escolas, tais como: a implantação do calendário rotativo¹², que modificou o funcionamento das escolas, alterando o período de férias escolares e interferindo na organização das famílias, o que gerou uma intensa mobilização da sociedade; a indicação de diretores da confiança do Governo numa atitude de desrespeito às eleições diretas nas escolas; as mudanças nos espaços administrativos das escolas e da própria Secretaria de Educação com a retirada das paredes que dividiam os setores, inaugurando uma nova disposição arquitetônica característica da lógica contemporânea de controle, na qual todos podiam ver todos trabalhando, ampliando, assim, o potencial do regime de visibilidade e controle imposto ao trabalho.

¹² O calendário rotativo estabelecia anos letivos diferenciados entre as turmas, visando à ampliação de vagas através da total ocupação das escolas durante todo o ano.

5 OS SUJEITOS DA REFORMA E A REFORMA DOS SUJEITOS

A análise do *corpus* de pesquisa nos mostrou que a Reforma do Estado não é conhecida ou identificada, pois todos os entrevistados, quando foram apresentados à pesquisa e leram o termo de consentimento, demonstraram uma certa estranheza diante da expressão Reforma do Estado. Vários deles disseram que não sabiam se iriam poder me ajudar e alguns me indagaram sobre o que era a Reforma do Estado, sugerindo ser a Reforma na Educação da década de 70, resultante do acordo firmado entre o Governo Brasileiro e o Governo dos Estados Unidos.

Talvez, as instituições estudadas, por serem públicas-estatais, estão muito vulneráveis as trocas de governo, tanto no Estado como em nível federal. Ou seja, de quatro em quatro anos mudam-se políticas, legislações, procedimentos, discursos, enfim, as mudanças, ou melhor, as tentativas de mudanças no aparelho estatal são permanentes. Na educação, as experiências adotadas pelos diversos governos produzem efeitos sobre o funcionamento e a organização das escolas que as desacomodam completamente (QPE, Calendário Rotativo, Contratos Emergenciais, Constituinte Escolar, LDB, Reforma da Educação Profissional). No entanto, apesar de dizerem não saber do que se trata, nas suas falas ao evocarem suas memórias lembram e mencionam todas as medidas, que de certa forma integram o Plano da Reforma do Estado.

Os entrevistados não percebem tais medidas como estando articuladas em um conjunto de ações, discursos, saberes, verdades e procedimentos que integram o cenário de transformação do capitalismo contemporâneo, assim descrito por Veiga-Neto:

O que está ocorrendo é uma reinscrição de técnicas e formas de saberes, competências, expertises, que são manejados por “expertos” e que são úteis tanto para a expansão das formas mais avançadas do capitalismo, quanto para o governo do Estado. Tal reinscrição consiste no deslocamento e na utilização de técnicas de governo que visam fazer com que o Estado siga a lógica da empresa, pois transformar o Estado numa grande empresa é muito mais econômico – rápido, fácil, produtivo, lucrativo (VEIGA-NETO, 2000, p.198).

Diante do exposto, cabe retomar o conceito de dispositivo definido como “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas [...] o dito e não dito são os elementos do dispositivo” porque nos possibilita compreender que a Reforma do Estado é justamente a rede que articula os elementos desse conjunto e os põe a funcionar (FOUCAULT, 1984, p. 244).

Observamos ainda, a partir da pesquisa, que existe um regime de verdades partilhado pelos nossos entrevistados, acerca do poder e do Estado sobre o qual Foucault problematiza na sua obra, pois que a existência destas verdades legitima e fortalece uma relação de sujeição. Neste regime de verdades o poder não é visto como uma relação, mas como algo que está localizado no Estado, entidade substancializada, de onde emana o poder. De acordo com uma das precauções metodológicas sobre a noção de poder, formulada por Foucault (2000), não devemos tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre outros. O que está em jogo são as relações de poder, no qual a liberdade surge como uma condição de existência do poder. Para que o poder seja exercido é necessário que haja liberdade:

O poder só se exerce sobre sujeitos livres, enquanto livres – entendendo por isso sujeitos individuais ou coletivos que tem diante de si um campo de possibilidade onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer. Não há relação de poder onde as determinações estão saturadas – a escravidão não é uma relação de poder, pois o homem está acorrentado (trata-se de uma relação física de coação) – mas quando ele pode se deslocar e, no limite, escapar (id., *ibid.*, p. 244).

Esta “verdade” à respeito do poder é própria da forma de governamentalidade que atribui ao Estado o “poder” sobre as vidas. Assim, para os governados, resta a esperança de que as coisas melhorem:

Mas sempre na troca de governo ficamos na esperança de que mude, melhore um pouco, tanto pro funcionalismo como pra Escola. A nossa tem bastante recursos porque vem de fora, que nem os laboratórios que foram feitos pela escola 2 [...]. Mas tu vê outras escolas por exemplo que não tem nem computador pra passar as notas, tem que passar tudo a mão. Tem umas que não tem Recursos Humanos, as vezes nem gente prá trabalhar na Secretaria (Funcionário Paulo).

Eu acho que o funcionário público tem toda aquela esperança do dia seguinte. ‘Amanhã vai melhorar’. Então tu fica naquela expectativa, entra e sai correndo, pensando que amanhã vai melhorar. E vai levando, sempre na esperança de que vai ser valorizado (Funcionária Ada).

Vimos que as formas coletivas clássicas de resistência sucumbiram diante das mudanças contemporâneas, apologéticas do individualismo e da competitividade concorrencial. As saídas passam a ser individuais, podendo até mesmo significar a doença, de acordo com o depoimento de um professor, que expressa um posicionamento crítico em relação às formas de organização da sociedade contemporânea, especialmente quanto ao trabalho e à questão do consumo:

Hoje em dia as pessoas não fazem mais greve, elas adoecem. Dá um treco na pessoa. Não só aqui no Brasil. Não dá mais pra fazer batucada. Elas adoecem, e adoecem mesmo (Professor Caio).

A outra coisa que eu vejo é a questão da religiosidade. É impressionante, do meu ponto de vista, a babaquice disso aí. Quando tu não resolve isso, porque a resolução do problema está muito além da tua força, o sindicato foi pro brejo, a política também simplesmente também, tu é um escravo do trabalho, tu quer uma força do além, né? (Professor Caio)

Não adianta mais fazer greve, passeata, enfim qualquer forma de mobilização não tem resultado. Resta, então, cada um buscar mais trabalho para poder sobreviver, conforme situação identificada em nossas entrevistas. Quase todos entrevistados possuem outras atividades, seja em outras escolas ou mesmo algum pequeno negócio na área do comércio ou da informática. Sobre as formas coletivas de resistência do magistério público, é importante referir que as greves não contavam com a adesão das escolas técnicas, nem mesmo nas épocas áureas das mobilizações. Apenas poucos trabalhadores aderiram a tais movimentos. No caso da Escola 2, como as negociações coletivas são vinculadas ao Sinpro e ao Saae, e a sua estrutura jurídica fundacional é diferente das escolas particulares, as poucas greves e paralisações ocorreram de forma isolada, mas com adesão, no geral, da categoria.

A análise das formas de resistência contemporâneas deve considerar as contribuições de Arendt (2001), pois envolve as novas configurações do público e do privado. Para a autora, quando o espaço público é invadido pela esfera privada, coloca em risco o processo de interação na diversidade e na pluralidade, que é condição de toda ação e principal garantia da liberdade. O que ocorre é a perda do mundo público, do mundo político. As idéias de liberdade e de política são autonomizadas na modernidade, abrindo espaço para que a liberdade se deteriore em liberação das necessidades da vida. Essa transformação tem suas origens com o aparecimento do social. Quando se perdem os limites da esfera da ação, em

que se desenrola a trama política e se tece a liberdade humana, perde-se também a importância da palavra, da linguagem e de seu potencial de desvelamento e de elucidação das questões da vida em comum, do mundo público. Quando a esfera social se identifica com o político, o mundo é dominado pelo comportamento, pelo conformismo e pela massificação,

Destacamos a questão da conformidade identificada nas entrevistas e que de certa forma define o comportamento em geral dos trabalhadores neste contexto de reestruturação produtiva e buscamos entendê-la como um discurso, no sentido dado por Michel Foucault (2000), como sendo práticas que constituem os objetos e as realidades ao dar-lhes um sentido. Prática não significa a atividade de um sujeito, mas no sentido foucaultiano, designa regras que submetem os sujeitos. As práticas são sempre produtivas e não existe prática livre do sistema discursivo. As práticas acionam saberes atravessados por poderes e instituem regras que estabelecem verdades. Os significados passam a ser entendidos como fluidos e indeterminados, na medida em que a linguagem não representa uma realidade, mas sim a define e a constitui. Isso possibilita afirmar que não são os sujeitos que constituem a linguagem. Assim, compreendemos que os sujeitos estudados se constituíram numa rede de relações marcadas por lutas por imposições de sentido. A busca não é pelo que um discurso revela ou não de cientificidade, mas por “ver historicamente como se produzem efeitos de verdade” (FOUCAULT, 2001, p. 7).

5.1 A EFICIÊNCIA E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO: A PRESENÇA SIMBÓLICA DO PRIVADO NA ESCOLA PÚBLICA PROFISSIONAL

O enunciado da eficiência nos serviços do Estado, presente no discurso que sustenta a Reforma do Estado, constituiu um dos eixos de análise na nossa pesquisa. Já vimos que existiu um movimento discursivo buscando desqualificar o serviço público e oferecendo como exemplo de sucesso e eficiência o trabalho no setor privado. Entretanto, o que concluímos a partir de nosso estudo interroga uma certa homogeneidade com que tratamos este discurso desconstitutivo do setor público. Ou seja, existem algumas áreas de atuação do Estado que estão fora desta suposta ineficiência, tendo, ao contrário, um desempenho importante e reconhecido/valorizado pela sociedade. A propósito desta heterogeneidade, é

importante dizer que as práticas governamentais são exercidas num campo estratégico em que existem diferentes forças e discursos jogando. Evidenciamos que o tema da eficiência do trabalho não é uma questão presente nas escolas técnicas estudadas. Ambas instituições são valorizadas e reconhecidas nos seus municípios e regiões pelo trabalho que realizam, pois resultam na qualificação profissional dos jovens, possibilitando o ingresso destes jovens no mercado de trabalho. Com isto, não se quer dizer que existe uma correspondência por parte do Governo do Estado ao reconhecimento existente por parte da comunidade.

A eficiência das escolas estudadas leva-nos a pensar em duas possibilidades para compreender esta situação. A primeira delas diz respeito ao trabalho que, apesar das mudanças contemporâneas no mundo do trabalho, preserva o seu valor simbólico na sociedade. As famílias atribuem ao trabalho associado à educação a oportunidade de oferecer uma vida melhor aos seus filhos. Estamos tratando pois de duas tecnologias de poder que servem a produção de sujeitos pautados na organização e controle das condutas, ou seja: a escola e o trabalho. Por sua vez, os seus filhos reproduzem/consolidam/partilham desta visão e assumem uma postura diferente, conforme as falas dos professores, dos alunos de escola particular e/ou apenas de ensino propedêutico, comprometendo-se muito mais com os estudos. Agrega-se a isto o próprio contexto escolar de uma escola técnica que permite ao aluno estar nos laboratórios e oficinas, desenvolvendo projetos, praticando o conhecimento aprendido. O outro aspecto está relacionado à estreita vinculação das escolas ao setor produtivo privado, outra esfera muito valorizada pelo discurso governamental e social. Ou seja, há um resultado no trabalho destas escolas que atende os interesses e as necessidades das empresas da região. Por isso, diferencia-se das escolas de ensino médio, onde os alunos saem como párias sem destino, pois não tem condições financeiras para continuar os seus estudos na Universidade e também porque a formação obtida não lhes dá nenhuma qualificação para conseguir um trabalho cuja remuneração seja razoável. E ainda, uma formação onde, nos três anos letivos do ensino médio, se não houve reprovação, provavelmente tenha havido vários dias sem aulas por falta de professores ou mesmo paralisações, onde os docentes, estes sim, desvalorizados socialmente, fazem jus a este desreconhecimento, ocupando este lugar construído socialmente para o professor de escola pública.

O regime de verdades que legitima o reconhecimento da eficiência nas escolas técnicas estudadas é apresentado neste depoimento:

Eu penso que, por exemplo assim, o pai que tira o filho daqui é burro. Tenho como exemplo os meus filhos: a filha que fez Escola 1 está bem empregada, com um ótimo salário, tem o carro dela e tá pensando em comprar um apartamento; já o que estudou na escola X está desempregado. Ai eu fico pensando se eu tivesse deixado ela na escola X, será que ela não estaria em casa que nem o meu filho? Eu vejo pais que tiraram os filhos daqui e colocaram na escola X, dizendo "ah, isso aqui não era escola pro meu filho". Ai eu fico pensando, "e será que lá é escola pro teu filho", "será que não é um luxo, só pra dizer que tá numa escola particular"? E eu passei na pele, o que se formou aqui tá empregado e o que se formou lá tá desempregado. Até incentivo ele pra vir pra cá, ele acha que já tá velho, tem 27 anos. Mas eu digo que tem caras com 50 anos que estão fazendo curso técnico porque estão almejando alguma coisa. Nunca é tarde prá começar. Faz um curso técnico que tu vai te colocar no mercado de trabalho. Então eu não vejo que o ensino seja fraco. É certo que às vezes falta um professor, diferente de uma escola particular, por exemplo. Mas pelo menos a escola que eu estou eu não acho que não tem qualidade, tanto é que tem gente aqui com carrão, com dinheiro, que tem condição de pagar um curso técnico particular, mas está aqui dentro. E o aluno daqui sai bem empregado, tanto aqui como na Escola 2. Então não vejo que seja fraco, pelo contrário, sempre incentivo os pais a colocarem os filhos aqui ou na Escola 2, fazer um curso técnico. Não adianta fazer só o Ensino Médio porque estudou no Colégio X ou no Y. Isso aí não dá mais emprego. Então eu vejo que nossos alunos estão bem colocados no mercado de trabalho, enfim, quem faz curso técnico está bem colocado. Mas também são aqueles que querem, que se dedicam, fazem cursos, se qualificam. É que nem minha filha, que faz cursos, se formou em Engenharia de Produção e tá procurando sempre crescer. Eu digo prá ela estar sempre por dentro de alguma coisa que sair de novo prá não ficar prá trás (Funcionário Paulo).

Porque aqui na escola a gente tem máquina, como igualmente tem nas indústrias, de torno, fresadora. Aqui nessa sala nós temos o CNC, uma estrutura recente. Então nessa parte nós estamos bem equipados. Uma escola pública ter o porte que a escola 1 tem hoje é muito bom. E nossos alunos são bem aceitos dentro da região. A gente faz o possível prá isso, faz um esforço muito grande aqui. Temos muita dificuldade, a questão do maquinário, por exemplo, mas o ânimo que a gente tem, a força de vontade de todos, o engajamento da direção e coordenação, enfim, a gente não mede esforços pra melhorar cada vez mais o padrão de ensino da escola 1 (Professor Francisco).

[...] uma escola de padrão quase que particular, ela oferece condições muito boas pros alunos, né? A parte física é excelente e o corpo docente {também}. Pelo conhecimento que eu tenho o relacionamento dos alunos e o corpo docente da escola também é muito qualificado. Então, o aluno que vier na escola 1, possivelmente, tendo vontade de estudar, que é o básico prá todo mundo né, vai sair altamente qualificado para o mercado de trabalho (Professor Rogério).

5.2 O REGIME DE VERDADES DA REFORMA E A ESTABILIDADE NO TRABALHO

Ah, a estabilidade econômica te dá uma certa segurança, né? A mim ao menos. Vejo as colegas também. Isso é de praxe, né? Saber que provavelmente tu não vai ser demitida. E posso sair se eu quiser. Mas tem um lado negativo, por outro lado eu observo em mim e nas colegas, tu pára um pouco no tempo, porque a própria instituição não te possibilita. Quando entrei achei que iria crescer, aprender mais coisas... mas na verdade não é, acho que a instituição pública não exige muito de mim como profissional, em termos de qualificação. Gostaria de ter crescido mais, ter aprendido muito mais coisas, e não foi me possibilitado. Muito limitado isso. Vejo na minha experiência. E isso vai te frustrando, em alguns momentos é muito difícil, tu conseguir ter motivação pra trabalhar e se sentir bem aqui dentro. Acho que isso é uma característica da instituição pública. Até porque não foi possibilitado porque o estado não tem condições (Funcionária Flávia).

É uma garantia, né? Apesar de tu ser celetista, tem uma estabilidade, um horizonte. Porque aí fora é difícil [...] (Funcionário Ricardo).

Nos depoimentos acima podemos recortar elementos importantes para pensar a questão da estabilidade, um dos alvos da Reforma do Estado, que a entende como justificativa para a implantação da administração gerencial, possibilitando assim maior eficiência na máquina estatal. A apologia do risco, da mudança e da mobilidade são os elementos chaves do discurso de gestão que se pretende introduzir no serviço público-estatal.

Sennett (2004) e Bauman (2000), entre outros autores, tem estudado os efeitos das transformações contemporâneas do capitalismo no que se refere à fluidez das relações de trabalho na produção da subjetividade, apontando os possíveis danos do ponto de vista psíquico. Podemos perceber nas falas da maioria dos entrevistados a referência positiva à estabilidade como um fator de segurança existencial e como uma garantia de horizontes.

Ainda que na Escola 2 os servidores não têm direito a estabilidade pelo fato de serem celetistas, as demissões são muito difíceis e raras. Já ocorreram e sempre foram muito traumáticas, sejam aquelas ocorridas por decisão interna da própria direção, sejam aquelas orientadas pelo Governo do Estado, com base na necessidade de reduzir pessoal e custos, como no período da Reforma do Estado no Rio Grande do Sul. Todas estas demissões referidas envolveram um grupo de servidores, ao passo que os desligamentos individuais e isolados, muito poucos, é verdade, não provocaram objeções da comunidade interna porque tinham

justificativas funcionais e profissionais relevantes. A propósito disso, é importante mencionar que a demissão na Escola 2, por se tratar de uma instituição de natureza pública, ainda que de direito privado, deve estar muito embasada do ponto de vista legal, porque o risco de uma ação judicial colocando em questão a demissão é grande. Por isso, mesmo havendo a possibilidade de demissão na Escola 2, assim como nas entidades privadas e diferentemente das escolas técnicas estaduais, onde existe a estabilidade legalmente assegurada, dificilmente ocorreu. Tanto é assim que todos os entrevistados desta instituição falam da estabilidade como se ela estivesse assegurada legalmente.

Outro elemento que apareceu nas entrevistas associado à estabilidade foi a acomodação. Ou seja, o problema da estabilidade estaria no fato de que as pessoas, como sabem que não podem ser demitidas, “se provalecem”, “abusam”, “não trabalham como deveriam”:

Tem muita gente que não sabe usar o que tem, ou se provalece dessas coisas. São pessoas que não tem responsabilidade, deixam de cumprir seu dever e quem trabalha deve ganhar, assim como quem ganha deve trabalhar. Se a gente pegou seus serviços durante àquelas horas ali, tem que dar o retorno para aquilo que recebe (Funcionário Ricardo).

Vimos que os relatos evocam as inúmeras dificuldades presentes no serviço público, tais como: a falta de pessoal, de investimentos financeiros, de baixos salários, ausência de políticas de qualificação e capacitação de servidores, tanto funcionários como professores falaram sobre isso, no entanto, estes aspectos não são associados à acomodação. A questão da acomodação dependeria da pessoa, pois apesar de todos estarem potencialmente “capturáveis” pela acomodação, somente alguns se acomodam. Assim, existiriam os bons e os maus profissionais:

Isso vai muito do bom profissional. Com certeza tem os bons e os maus profissionais. Uma coisa que muitas vezes eu vejo dentro do estado é que a pessoa presta um concurso, entrou para a repartição pública e parece que daí se acomoda. Porque não vai ser demitida, então faz e acontece. Parece que ele não tem mais liderança nenhuma, desenvolve conforme a sua intenção. Enquanto que na particular, na privada, nós temos cobrança e essa cobrança não é que nem no estado que se tu não fez, não fez. Não, é cobrança mesmo, se tu não fizer tu é demitido. Aquilo ali é teu cargo, então tu tens uma responsabilidade muito grande. Além de ensinar tu tens que manter teu emprego. Acho que os caminhos são bem diferentes. Mas é o que eu penso na minha forma de trabalho. Eu iniciei como contratado, agora sou efetivo. Mas não é pelo fato de ser efetivo que vou deixar de fazer as coisas certas e sérias quando devem ser feitas. Acho que isso vai muito da pessoa. Eu vou dizer sinceramente, nós temos aqui gente concursada e contratada e todos vestem a camiseta. A gente respeita a direção e coordenação, as orientações que recebemos. Agora sabemos que tem muitas situações em escolas que não são bem assim.

Muitos profissionais acham que podem desenvolver aquilo que é do seu interesse, e não interesse da escola (Professor Francisco).

Olha, o problema do serviço público eu acho que ele existe. E nossa Escola 2 deve ver que ele existe. As pessoas se acomodam. Teria que haver um meio termo. As pessoas, por exemplo, aqui na Escola: se tu sai prá estudar, tu é visto com maus olhos. Mas a pessoa não te vê com maus olhos porque tu saiu pra estudar, ela quer sair também mas ela não quer estudar. Então ela acha que é uma coisa fácil o que tu vai fazer. Então aqui as pessoas são acomodadas, tu vai ver que tem um grande número de professores que não mudaram, que são há 20 anos as mesmas pessoas, a mesma aula, o mesmo estilo, os mesmos problemas... e poderiam mudar. Não mudam porque sabem que nada acontece se eles não mudam. INSS, por exemplo, eu tive que usar isso. E eu vi os absurdos lá. Tava ali, na fila, tem que tirar ficha, as pessoas são mal atendidas. Chegou no mês de janeiro, o INSS ali em São Leopoldo tem quatro ou cinco médicos, numa época quente de verão. Todos os médicos pedem atestado. Há uma libertinagem. Isso jamais vai acontecer num serviço privado, porque aí tem conseqüências. Creio que teria que ser feita alguma coisa pra que o funcionário público incorporasse a importância de ser funcionário público. Por outro lado, tu pega funcionários públicos com baixíssimos salários, totalmente desmotivados, sem um ambiente de trabalho adequado. É o caso do magistério estadual. Eu peguei e fui embora.(...) Agora aqui na escola não. Creio que se ganha um bom salário aqui, é um bom ambiente de trabalho, com todas dificuldades que tem, a qualidade dos alunos é excelente, os alunos são ótimos, não tem porque tu se acomodar. Não tem porque abrir o mesmo caderno que tu usava há 20 anos e fazer a mesma coisa. Não tem porque ser extremamente exigente com os alunos e não orientar trabalhos de conclusão, por exemplo. Então tem coisas no serviço público que deveriam ser mudadas. Isso no nosso nível, agora se tu pegar o Judiciário ou o Legislativo, por exemplo, aí é um caos completo. São ineficientes, ganham demais. É uma máfia (Professor Caio).

Na pública, o teu comprometimento sempre deveria ser um pouco maior, né? Afinal de contas é uma instituição que no principio ela procura desenvolver ações com toda uma gama de pessoas daquela região, local, sociedade e tal. No meu caso, por exemplo, a universidade particular já está ligada a uma instituição que tem filosofia própria diferenciada, no caso é católica. Já vai limitando as coisas. Mesmo que tu não combine com tais padrões, tu é obrigado a se encaixar naquilo. E na pública, no caso a Escola 2 aqui, é uma coisa mais aberta, precisa ter mais responsabilidade, tá mais solto. Tu podes ser mais criativo por outro lado, mais livre. Então a instituição pública pra mim tem esse aspecto, tu podes desenvolver muito mais coisas que na particular. Por isso, requer de ti uma pró-atividade maior. Mas acontece justamente o contrário, porque na privada tu tens que sair correndo atrás das coisas. Na pública tu acomoda. É uma contradição porque tu podes fazer muito mais coisas numa instituição pública (Professor Caio).

Percebemos que existe certo desconforto ou incômodo com a confirmação da existência da acomodação como um problema existente por parte dos entrevistados, pois aquilo que é defendido como algo importante para a vida das pessoas, que é a segurança do emprego e do salário no final do mês, constitui-se numa possibilidade de acomodação. Discurso este que sustentou o debate sobre a

mudança nas leis visando adequar a estrutura estatal ao novo paradigma gerencial, identificando no direito à estabilidade um atraso na gestão pública.

O enunciado da estabilidade faz parte de um regime de verdades que legitima e naturaliza o trabalho no serviço público. A análise do enunciado, diferentemente da análise das representações que caracteriza a maioria dos estudos sobre o funcionalismo público, é explicitada na seguinte formulação de Foucault, citada por Nardi

A tarefa implicada na análise dos saberes deve ir para além da análise das representações e dos signos e buscar o nível do enunciado, ou seja, o nível das possibilidades de enunciação e das regras enunciativas que regem determinadas racionalidades, as quais se apresentam sob a forma de verdades em determinados tempos históricos e em determinados espaços geográficos (2002, p.117).

A análise das condições de possibilidade do enunciado-verdade sobre a estabilidade associada à acomodação do trabalhador no serviço público deve ser feita levando em consideração o próprio contexto de formação do Estado Brasileiro que, como já vimos, apresentou(a) traços marcadamente patrimonialistas e clientelistas. E ainda, poder entendê-la, assim como a questão da eficiência, a partir do mecanismo de gestão de ilegalidades. Podemos identificar os baixos salários, a ausência de investimentos para a qualificação dos trabalhadores e para a estrutura das escolas como sendo estratégias que atendem a finalidade do governo. Neste sentido, vale lembrar Foucault quando diz que “o sucesso do poder é proporcional àquilo que esconde de seus mecanismos” (1990)

Ainda para contribuir com o nosso estudo sobre o enunciado da estabilidade, trazemos a análise feita por Neves (2000, p. 60-61) que sugere a compreensão da organização como um campo de batalhas, no qual os diferentes agentes atuam de acordo com seus interesses. Estes podem ser pensados em dois âmbitos: num, os interesses da organização, nesta pesquisa, o interesse público e no outro, os interesses particulares, privados e corporativos. Entretanto, a caracterização dos âmbitos em interesses é utilizada apenas como função explicativa, porque na organização estatal, os agentes estão em uma posição híbrida, mesclada entre esses âmbitos.

Dreyfus e Rabinow (1995, p.121-122) apud Neves afirmam que “O jogo de forças em qualquer situação histórica particular torna-se possível pelo espaço que as define. É esse campo ou clareira que é primário. (...) Foucault já utilizava esta

noção de espaço ou clareira em que ocorrem sujeitos e objetos. Todavia, nesta época, ele pensava o espaço como governado por um sistema de regras que emerge descontinuamente e sem nenhuma inteligibilidade. Agora, esse campo ou clareira é compreendido como o resultado de práticas de longa data e como o campo onde estas práticas operam (...). O genealogista (...) estuda o surgimento de um campo de batalha que define e esclarece um espaço. Os sujeitos não preexistem para em seguida, entrarem em combate ou harmonia. Na genealogia, os sujeitos emergem num campo de batalha e é somente aí que desempenham seus papéis” (apud Neves, 2000, p. 60).

5.3 UMA NOVA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA NOVOS SUJEITOS EMPREENDEDORES

O estudo da Reforma do Estado e os processos de subjetivação em instituições de educação profissional levaram em conta os novos paradigmas propostos para a educação profissional, que buscavam atender a nova racionalidade governamental. Portanto, em nossa pesquisa, entender a Reforma do Estado como um dispositivo para os processos de governamentalização implica reconhecer as modificações ocorridas também nas escolas técnicas como ferramentas do dispositivo que agem moldando condutas.

No contexto das transformações no mundo do trabalho deveria haver uma completa mudança de comportamento e de habilidades por parte dos trabalhadores, de modo a melhorar a produtividade num momento de competitividade e fragmentação dos mercados. À escola caberia ajustar a formação do indivíduo ao novo perfil de trabalhador que estava sendo requisitado pelo mercado, onde agora não mais vigorava a lógica do pleno emprego, mas a lógica da empregabilidade. Para disputar o mercado de trabalho passa a ser necessária comunicação clara e precisa; capacidade de análise tanto para solucionar conflitos como para prever e corrigir problemas do sistema produtivo; familiaridade com computadores e novas tecnologias; saber enfrentar as mudanças individualmente e em equipe; ser responsável, versátil, equilibrado emocionalmente, polivalente; deve estudar continuamente. Enfim, estas

características dariam garantias de empregabilidade ao indivíduo e promoveriam as melhorias contínuas no processo produtivo.

Para estar à altura das exigências de um mercado versátil, caberia ao indivíduo ser “empresário de si mesmo”. Na versão contemporânea do liberalismo, o postulado do Homo Economicus é extremado, na medida em que o sujeito deve ser um empreendedor de sua utilidade governando sua própria conduta.

Vimos que a mudança do ensino técnico envolveu um conjunto de formulações e saberes contidos na denominada Reforma da Educação Profissional. Ela ocorreu no mesmo período em que houve a aprovação do Plano Diretor da Reforma do Estado e foi talvez mais avassaladora e mais bem sucedida na sua implementação que a própria Reforma do Estado. As escolas de todo o país, apesar das preocupações quanto ao conteúdo da reforma, migraram na sua totalidade para as novas modalidades propostas. Cabe destacar que não houve articulação das escolas para evitar a reforma ou mesmo tentar estabelecer uma negociação de alguns aspectos contidos na reforma. Houve uma adesão sumária do conjunto das escolas, sem nenhum movimento de resistência. Característica que deve igualmente ser ressaltada como pertencendo a um tempo de verdades que desconstituiu a potência dos movimentos políticos reivindicatórios tradicionais.

Neste contexto, a Escola 2 foi a única, ao menos que se tem notícia no país, que construiu uma alternativa curricular “driblando” a legislação para manter um formato dos seus cursos que era identificado como responsável por uma diferença na formação dos seus alunos. A permanência da articulação do ensino técnico com o ensino médio era visto como uma condição necessária para “uma formação sólida do ponto de vista humanístico, cultural, científico e tecnológico” (Projeto Político-Pedagógico, 2000). A outra escola estudada implantou as alterações propostas na reforma da educação profissional. Entretanto, apesar da Escola 2 não adotar algumas diretrizes da Reforma, a formação discursiva-regime de verdades que passa a operar nas escolas técnicas, tais como a pedagogia das competências, a empregabilidade, o empreendedorismo, o novo perfil do técnico, enfim, um conjunto de termos e expressões já mencionados no nosso estudo, foi incorporado às práticas e saberes escolares, conforme entrevista de um professor que traz inclusive o modelo pedagógico, utilizado na instituição privada, na qual também trabalha como docente:

É que como eu trabalho na Escola X, esse sistema de ensino eu trago de lá. Temos muito curso, muito preparo lá, em função dessa parte pedagógica, coisa que no estado não tem. Eu tô há quase 30 anos aqui na Escola 1 e nunca tirei nenhum curso de aperfeiçoamento na parte pedagógica, por exemplo. Todo o conhecimento que eu tenho vem da Escola X. Lá a gente, semestralmente, está envolvido com preparação pedagógica. A última modalidade de ensino é por competência. Então isso que eu trago prá Escola 1 é o que a gente executa lá. Vamos dizer que 30% ou mais dos alunos da escola são oriundos da Escola X. Já vem com uma bagagem muito boa de conhecimento. Aqui eles só vivem o trabalho (Professor Francisco).

Cabe reafirmar que os novos saberes coexistem com os discursos existentes, gerando muitas vezes confrontos de diferentes lógicas ou racionalidades que foram importadas parcialmente de sociedades cujas condições sociais são bastante diferentes daquelas apresentadas nos contextos importadores. Este fenômeno é denominado de hibridação em Badie e Hermet¹³ apud Benites (2004).

A discursividade produzida pela reforma da educação profissional em prol da formação dos novos sujeitos potencializa as estratégias de governo e auto-governo dos indivíduos.

Este discurso ao produzir a necessidade de educar para a empregabilidade, ao fazer emergir novas racionalidades políticas, põe em funcionamento técnicas sutis de governamentalidade, através das quais é possível moldar e normalizar a conduta, as aspirações, as decisões dos indivíduos, com o propósito de alcançar objetivos considerados desejáveis (BAMPI, 2003).

As práticas de governo contemporâneas ao subjetivarem os indivíduos, os objetivam como cidadãos empreendedores. Para tal é necessário que se auto-governem de uma forma específica, ou seja, sujeitos de diálogo, respeitosos, cumpridores de deveres e merecedores de direito, que saibam conviver em grupo. Sujeitos de saber, objetivados e guiados pelas sedutoras promessas de liberdade e flexibilidade, ao contrário da tão criticada rigidez disciplinarizada dos tempos tayloristas-fordistas.

Crestani (2001) reproduz a seguinte passagem da apostila Oficinas de Empreendedorismo para o ensino médio de um Centro Federal de Educação Profissional:

¹³ BADIE, Bertrand; HERMET, Guy. Política Comparada. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

NÃO É A TOA QUE WILLIAM BRIDGES BATIZOU ESSE NOVO PROFISSIONAL DA ERA DA EMPREGABILIDADE COMO VOCÊ&CO. O executivo tem de ser hoje uma empresa. Tem de possuir para si mesmo vários “departamentos” dos quais tomará conta como o fazia antes para os seus empregadores: marketing, pesquisa e desenvolvimento, recursos humanos (ele mesmo), etc. Essa constatação é, a um só tempo, assustadora e libertadora. Saber que fracasso ou sucesso estão ambos em nossas mãos é salutar. Essa angústia é a da liberdade de que tanto nos falavam os existencialistas. Escolha o seu destino. Isso é possível. Forja-se então, contudo, no meio da crise mundial um novo tipo de conceito: mais importante que ter emprego é ter empregabilidade (DAVID & MEYER, 1998, p.4, adaptado).

Neste texto, o professor que é instrumento e alvo deste discurso trabalha com os alunos inserido em um regime de verdades em que a vida é uma questão individual e que o indivíduo é o senhor do seu próprio destino, prescindindo do contexto social e econômico. As condições de nossas vidas seriam dadas apenas por nós. O sujeito senhor de si e de sua carreira, tendo adquirido todas as competências e saberes, tudo pode. Cabe ao indivíduo a sua vida e o seu sucesso.

Neste sentido, pode-se dizer que estamos diante de uma transformação operada nos últimos tempos que é a hipervalorização generalizada do indivíduo. Vemos um hiperinvestimento do Eu, seja como resposta a situação de vulnerabilidade com a qual os sujeitos vêm se deparando, seja como tentativa de seguir a lógica da privatização. Penso que as instituições pesquisadas, nas quais identifica-se a qualidade do ensino associada à satisfação dos seus trabalhadores, a partir de um engajamento coletivo, revelam a existência de um modelo conciliador. Talvez síntese criadora de jeitos possíveis de lidar com um contexto, no qual o papel do Estado está em disputa na sociedade, colocando em ameaça permanente a existência das instituições e do emprego. Ao mesmo tempo em que o resultado do trabalho é reconhecido e valorizado pela comunidade e pelos próprios trabalhadores das escolas, que demonstram orgulho nos seus relatos. Pode-se sugerir ainda uma síntese possível nos processos de produção das subjetividades tendo em vista a contradição enfrentada nos seus cotidianos profissionais. Devem adotar nos seus contextos laborais o conjunto de saberes, procedimentos, leis e tecnologias que é acionado pelo dispositivo da Reforma do Estado e da própria educação profissional: na condição de servidores e na condição de educadores. Através da incorporação das novas pedagogias e dos novos discursos sobre a empregabilidade e a competência, devem conduzir a conduta dos seus alunos-trabalhadores de modo a atender às demandas da

sociedade contemporânea. Apesar da potência dos enunciados da Reforma, o trabalho nestas escolas preserva ainda um espaço de autonomia, criação e liberdade que se situa na valorização do próprio trabalho e no grau de liberdade próprio a uma determinada noção de educação pública que resiste a lógica do aluno-cliente.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos estudar a Reforma do Estado e os processos de subjetivação em trabalhadores de duas instituições públicas-estatais de educação profissional, tomando a Reforma como um dispositivo que tem em nossa contemporaneidade a função de fazer com que o serviço público-estatal se constitua num instrumento eficaz. Portanto, procuramos analisar as implicações deste dispositivo na e para a produção de um novo servidor público que atendesse às transformações do capitalismo.

Evitamos pensar o Estado enquanto uma unidade homogênea, mesmo reconhecendo as suas características centralizadas e centralizadoras, propondo algumas noções formuladas por Foucault, especialmente a noção de governamentalidade. Assim, buscamos compreender como a escola técnica pública opera nas redes das práticas governamentais, através de um conjunto de técnicas, práticas e saberes que se originaram fora do universo estatal e que foram nele introduzidas por conta de uma multiplicidade de estratégias de poder. Por isso, entendemos que as mudanças nos regimes de poder no capitalismo contemporâneo e as novas configurações do ethos social extrapolam o espaço estatal e as modificações no seu interior não devem ser redutíveis aos processos produzidos no seu próprio espaço.

Entendemos, neste estudo, que as atividades dos trabalhadores nas instituições de educação profissional pesquisadas se constituem em um componente do exercício de governo, no qual articulam-se o governo dos outros e o governo de si. O governo dos outros envolveria o aprofundamento e a sofisticação dos instrumentos de controle sobre os trabalhadores, através das estratégias de gerenciamento-empresariamento trazidas para o interior do Estado (terceirização, precarização do trabalho, práticas discursivas orientadas para a eficiência e a qualidade, etc.), de modo a potencializar a capacidade de controle sobre a população e os funcionários. O outro jogo, jogado na esfera do indivíduo, nos mostra que as táticas de governo não seriam eficazes sem a mobilização das subjetividades para esse objetivo.

Identificamos a partir da análise das entrevistas que o trabalho é regido por determinados princípios que valorizam alguns preceitos a serem cumpridos no

desenvolvimento das suas atividades. Assim, a obediência a estes preceitos implica a constituição de uma certa relação consigo, produzindo o sentido das formas de atuar face às prescrições normativas do trabalho. Ainda que existam diferenças no trabalho desenvolvido pelos funcionários e pelos professores, podemos pensar que há uma racionalidade imersa na cultura administrativa e educacional que constrói o lugar do trabalhador do serviço público, fornecendo-lhe os elementos para a constituição de sua identidade. O cuidado de cada trabalhador, seja funcionário ou seja professor, na realização atenciosa e exemplar do ponto de vista da sua conduta, é uma forma de sujeição à lógica que regula o aparelho estatal na área educacional.

O conjunto de saberes e práticas compartilhados entre os trabalhadores para a realização da missão da escola os faz agentes ativos no processo de produção de verdades cujo alvo é a população de alunos. Deste processo é que emergem determinados processos de subjetivação no serviço público. É preciso produzir-se enquanto sujeito zeloso, responsável, prudente, pois produzir-se como sujeito seguro e convicto é uma tática para impor e legitimar as verdades produzidas no meio educacional e empresarial, no caso das escolas técnicas.

Vemos que a racionalidade governamental funciona através dos sujeitos que se constituem em aliados importantes para a eficácia da implementação dos seus programas e projetos. Entretanto, identificamos também a partir da problematização de si e do trabalho de reflexão possibilitado pela entrevista, que os trabalhadores deixam aparecer microrresistências através de discursos queixosos que envolveriam o “não-trabalho de alguns colegas, que não fariam por merecer a oportunidade que estão tendo”, os baixos salários e a falta de investimento nas pessoas e nas escolas.

Na nossa pesquisa, surpreendemo-nos com o desconhecimento dos entrevistados sobre o Plano da Reforma do Estado, cuja implantação teve início no Brasil e no Rio Grande do Sul a partir da década de 90. Por isso, o estudo da Reforma do Estado como dispositivo permitiu que durante o processo de construção teórica e empírica da pesquisa revíssemos uma certa concepção ainda presente no pesquisador sobre o poder e o Estado. Reconhecemos, portanto, que o percurso teórico foucaultiano adotado desconstruiu no próprio pesquisador a concepção clássica da ciência política sobre tais categorias conceituais. A ação do dispositivo da Reforma é tão mais eficaz quando sua própria ação passa

desapercebida e é naturalizada, como se não houvesse existido uma intervenção articulada, sistemática e intencional.

Não pretendemos realizar generalizações a partir do nosso estudo tendo em vista o referencial metodológico escolhido, mesmo porque o serviço público estatal apresenta uma heterogeneidade no seu interior e também porque lidamos com o contexto da educação, mais particularmente da educação profissional. Ressaltamos as diferenças existentes entre as instituições investigadas, ainda que apresentem um elemento em comum, fundamental na análise da racionalidade governamental. Neste sentido, os resultados da investigação nos possibilitaram uma reflexão importante sobre o reconhecimento da eficiência e da qualidade da escola técnica. Todos os trabalhadores afirmaram que as suas escolas são muito boas e que apesar das dificuldades financeiras e dos baixos salários, especialmente, na escola técnica estadual, os alunos recebem uma excelente formação profissional, sendo absorvidos pelas empresas da região. O que nos faz pensar que apesar das tentativas dos governos de reduzir investimentos e até mesmo de transferir a responsabilidade pela educação profissional ao setor privado, identifica-se ainda na escola técnica uma tecnologia discursiva potente para legitimar, e também deslegitimar, no sentido de mostrar que o público pode funcionar, claro que se aliado ao privado, tratando-se de fato de uma tensão interna aos distintos modelos de liberalismo, o regime de verdade presente na sociedade. Apesar ainda de ser uma escola pública, funcionando com poucos recursos financeiros, vem operando com muita eficácia a condução da conduta dos trabalhadores, através de novas tecnologias de poder gerencial que buscam se apropriar das individualidades capturando agora não somente os seus corpos como também as suas almas. Ainda que a lógica de gestão do setor privado encontre resistências nos trabalhadores para ser implantada na gestão das escolas públicas, ela está entranhada, de forma invisível e pulverizada nas práticas discursivas das escolas e da sociedade, fazendo com que a escola continue cumprindo com eficiência a sua função disciplinadora e normalizadora.

Os caminhos da pesquisa nos mostraram como a escola tem assumido um papel relevante na constituição de subjetividades na sociedade atual,

A educação institucionalizada sintetiza todos os problemas de governamentalidade, para utilizar uma expressão de Foucault, enfrentados pelo estado capitalista numa situação de profundas transformações econômicas e sociais. A educação não está apenas no centro do projeto

educacional moderno, ela está no centro dos problemas de governamentalidade do moderno estado capitalista (SILVA, T. 1995, p. 253).

Pudemos perceber, por meio das entrevistas e dos textos analisados, o funcionamento de diferentes tecnologias que se articulam, se justapõem e, muitas vezes, entram em contradições.

Podemos constituir como pista de trabalho futuro a conclusão deste estudo. O fato de a lógica privada já estar presente no interior das escolas técnicas, em razão das alianças com o capital regional, sugere que a Reforma do Estado, ao importar mecanismos de gestão privados, se fez pouco sentir, uma vez que reforçou uma lógica já preexistente. O que não quer dizer que esta aliança elimine com a possibilidade de resistência que se afirma a partir de uma noção de público que valoriza a liberdade presente no interior do sistema público, o qual protege seus trabalhadores, por enquanto, da competitividade que produz uma espécie de servidão voluntária nos ambientes ferozes de trabalho do setor privado.

Mais do que finalizar questões, as análises apresentadas pretendem transformar-se em inquietudes e convites para novas análises. O universo empírico está em constante devir tornando necessários novos estudos sobre este tema ampliando os horizontes de interpretação e incluindo aspectos que possivelmente não foram contemplados nesta dissertação.

BIBLIOGRAFIA

ARENDT, H. ***A condição humana***. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2001.

BAMPI, L. R. ***Governo etnomatemático***: tecnologias do multiculturalismo. Tese de Doutorado em Educação. UFRGS, 2003.

BAUMAN, Z. ***Modernidade Líquida***. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.

BENEVIDES, de Barros, Regina. ***Dispositivos em ação: o grupo. Saúde e Loucura***. São Paulo: Hucitec, n.6, 1997.

BENITES, L. F. ***Controle, Governo e Subjetividade***: um estudo sobre o trabalho na previdência social no Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado em Sociologia. UFRGS, 2002.

BENITES, Luiz Felipe Rocha. ***A Governamentalização do Estado Contemporâneo***: uma cartografia dos mecanismos estatais de controle. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 12, p. 274-303, 2004.

BRASIL. Ministério da Administração e da Reforma do Estado. *Cadernos do MARE da Reforma do Estado n. 15: Os Avanços da Reforma na Administração Pública*. 1995-1998. Brasília, 1988.

BRASIL. Presidência da República - Câmara da Reforma do Estado. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*. Brasília 1995.

BRASIL. Educação Profissional: referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico. Área profissional: indústria. Brasília: MEC, 2000b.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. A reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle. Cadernos do MARE da Reforma do Estado. nº 1/ 98. Disponível em: < <http://www.mare.gov.br>>Acessado em 15 nov. 1998.

BURIGO, E.Z. **A Reforma do Ensino Técnico segundo os professores:** adaptações e resistências em duas escolas técnicas industriais gaúchas. Tese de Doutorado em Educação. UFRGS, 2004.

CABANES, R., Haroche, C. **Propriété privée, propriété sociale, propriété de soi: entretiens sur la construction de l'individu moderne.** Paris, Fayard, 2001.

CAPELATO, Maria Helena R. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e peronismo.** Campinas: Papyrus, 1998.

CARDOSO, Sonia F. **A política e a evolução do ensino do 2º Grau no Rio Grande do Sul.** Dissertação de Mestrado em Educação. UFRGS, 2002.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.** Petrópolis, Vozes, 1998.

CASTRO, Edgardo. **El vocabulário de Michel Foucault.** Buenos Aires: Prometeo, 2004.

CRESTANI, Célia Regina. **Os discursos oficiais do Cefet/sobre o trabalho:** uma análise dialógica. Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Tecnologia. Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, 2001.

DINIZ, Eli. Governabilidade, Democracia e Reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil nos anos 90. In DINIZ, Eli; AZEVEDO, Sérgio (orgs.). **Reforma do Estado e Democracia no Brasil:** ed. UNB/ENAP, 1997.

FIORI, J.L. **Em Busca do Dissenso Perdido:** ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado. Rio de Janeiro, Insight, 1995.

FISCHER, Rosa M. B. **O visível e o enunciável no dispositivo pedagógico da mídia**: contribuição do pensamento de Foucault aos estudos de comunicação. Verso e Reverso, São Leopoldo (RS), v. XIX, n. 40, p. 01-17, 2005.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1984.

_____. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. RJ, Graal, 2003.

_____. **História da Sexualidade II: o uso dos prazeres**. RJ, Graal, 1984.

_____. O Sujeito e o Poder. In DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault: Uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **Resumo dos cursos do Collège de France**. RJ, Jorge Zahar, 1997.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. Sexualidade e solidão. In: MOTTA, MB (org). **Ética, Sexualidade e Política**. Ditos e Escritos V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004a. pp.92-103.

FRANÇA, B.H. **O Barnabé**: consciência política do pequeno funcionário público. São Paulo: Cortez, 1993.

FREITAG, Bárbara. **Escola, estado e sociedade**. São Paulo: Moraes, 1980.

GRISCI, C. L. I.; BESSI, Vânia Gisele. **Modos de Trabalho e de Ser na Reestruturação Bancária**. Sociologias, Porto Alegre, v. 12, p. 160-201, 2004.

HARDT, M.; NEGRI, Antonio. **Império**. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KIRSCHNER, T.C. (Coord.). **Modernização tecnológica e formação técnica-profissional no Brasil**: impasses e desafios. Texto para discussão nº 295. Brasília: IPEA, março, 1993.

KUPSTAS, Márcia (org.). **Trabalho em debate**. São Paulo: Moderna, 1997.

LIMANA, Amir. **As reformas da Administração Pública no Brasil e na Itália**: aspectos da “Administração Pública Gerencial”. Unijuí, Novembro de 2002. Artigo publicado na página <http://ipd.unijuí.tche.br/simpósio/limana.doc>

MACHADO, L. R. de S. Mudanças tecnológicas e a educação da classe trabalhadora. In: MACHADO, L. R. de S., FRIGOTTO, G et al. **Trabalho e educação**. Campinas: Papyrus, 1992.

MELLO, Celso A. Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros Editores, 12 edição, 2000.

MELLO, J. M. C.; NOVAIS, F. A. Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna. In: Novais, F. A.; SCHWARCZ, L. M. **História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**, vol. 4. São Paulo, Companhia das Letras, 1998. (pp.559-658)

MERLO, A. R.C. **Saúde e Trabalho no Rio Grande do Sul: realidade, pesquisa e intervenção**. Porto Alegre, ED. UFRGS, 2004.

NARDI, H.C. **Trabalho e ética**: os processos de subjetivação de duas gerações de trabalhadores metalúrgicos e do setor informal. Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

NEVES, José Mário D’Ávila. **A face oculta da organização**: a microfísica do poder na gestão do trabalho. Porto Alegre: Sulina, 2005.

_____. **A produção da governabilidade na gestão do trabalho no serviço público**: uma contribuição para análise das relações de trabalho. Dissertação de mestrado defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional Ufrgs, 2000.

RAMMINGER, Tatiana. **Trabalhadores de saúde mental: reforma psiquiátrica, saúde do trabalhador e modos de subjetivação nos serviços de saúde mental**.

Dissertação de mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional UFRGS, 2005.

RIBEIRO, P.R.R. As fronteiras mal demarcadas do público e do privado no Brasil: a prática do nepotismo na administração pública. **Revista Em Foco**. Renato Janine. In DAGNINO, Evelina. (org.). Anos 90: Política e Sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994. 2005.

SENETT, R. **A corrosão do Caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. RJ: Record, 2000.

SILVA, R. N.; NARDI, Henrique Caetano. **A emergência de um saber psicológico e as políticas de individualização**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 187-198, 2004.

SILVA, Tomaz Tadeu. O projeto educacional moderno: identidade terminal? In: VEIGA-NETO, Alfredo (Org). **Crítica pós-estruturalista e educação**. Porto Alegre: Sulina, 1995. p. 245-260.

SOARES, Ana M. D. et ali. Ensino técnico no Brasil: os (des) caminhos da profissionalização. In: **Pedagogia 99**, Santiago de Cuba, fevereiro de 1999.

VEIGA-NETO, Alfredo. Educação e Governamentalidade Neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades. In: PORTOCARRERO, Vera; CASTELO BRANCO, Guilherme. (org.). **Retratos de Foucault**. Rio de Janeiro: Ed. Nau, 2000.

VENEU, Marcos Guedes. Representações do Funcionário Público. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 24. nº 1:5-161990.

VOLNOVICH, J.R. Subjetividade e Organizações: o discurso neoliberal. In: DAVEL, Eduardo e VASCONCELOS, João (Orgs.). **“Recursos” Humanos e Subjetividade**. Petrópolis, Vozes, 1995.

Termo de Consentimento pós-informação

Eu.....declaro para os devidos fins que concordo em participar como entrevistada(o) da pesquisa que está sendo realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no Instituto de Psicologia Social e Institucional: “A Reforma do Estado e os Processos de Subjetivação: um estudo sobre a relação subjetividade-trabalho com servidores públicos em instituições de educação profissional “ que está sendo desenvolvida pela mestrandia, Maria Inês Utzig Zulke, com a orientação do Professor Henrique Caetano Nardi, do Programa de Mestrado em Psicologia Social e Institucional da referida Universidade.

Esta pesquisa tem como objetivo compreender os processos de subjetivação dos servidores públicos na sua relação com o trabalho, a partir da implantação da Reforma do Estado no contexto de duas escolas de educação profissional. A metodologia qualitativa utilizará a trajetória de vida como instrumento de análise de pesquisa e as entrevistas serão realizadas, a partir de uma questão inicial que será apresentada para dez servidores das duas escolas, divididos entre professores e funcionários, considerando o período de ingresso nas instituições (década de 70 e década de 80).

Estou disposto (a) a participar da mesma, permitindo as entrevistas e respondendo aos questionamentos pertinentes. Fico ciente ainda de que as informações colhidas e as análises serão desenvolvidas sem identificação dos entrevistados. As fitas contendo as entrevistas ficarão guardadas por um período de cinco anos no Instituto de Psicologia da Universidade. Fui informado (a) de que, terei liberdade de retirar meu consentimento de participação e no caso de desistência em participar desta pesquisa, deverei avisar à pesquisadora responsável, assim como comunicar qualquer alteração ou situação imprevista que venha a ocorrer, através do telefone 33165458.

Novo Hamburgo, 03 de janeiro de 2007.

Entrevistado (a)

Pesquisador